



Escola Nacional de Administração Pública

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO E
MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – MPAM

PROINFÂNCIA:
A DEFINICAO DE CRITÉRIOS PARA CONSTRUÇÃO DE UM MODELO
AVALIATIVO

CRISTIANE BARBOSA TAVARES

BRASÍLIA

2025

CRISTIANE BARBOSA TAVARES

**PROINFÂNCIA:
A DEFINICAO DE CRITÉRIOS PARA CONSTRUÇÃO DE UM MODELO
AVALIATIVO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Avaliação e Monitoramento da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP como requisito para obtenção do título de Mestra em Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas.

Aluna: Cristiane Barbosa Tavares

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Regina Luna
Santos de Souza

BRASÍLIA

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca Graciliano Ramos da Enap

T231p Tavares, Cristiane Barbosa
 Proinfância: a definição de critérios para construção de um
 modelo avaliativo / Cristiane Barbosa Tavares. -- Brasília:
 Enap, 2025.
 106 f.: il.

 Dissertação (Mestrado – Programa de Mestrado Avaliação
 e Monitoramento de Políticas Públicas) -- Escola Nacional de
 Administração Pública, 2025.

 Orientação: Prof. Dra. Regina Luna Santos De Souza
 1. Políticas públicas. 2. Educação básica. 3. Avaliação de
 políticas públicas. 4. Estudo de caso. I. Título. II. Souza,
 Regina Luna Santos De orient.

CDD 320.6

Bibliotecária: Kelly Lemos da Silva – CRB1/1880

CRISTIANE BARBOSA TAVARES

PROINFÂNCIA:

A DEFINICAO DE CRITÉRIOS PARA CONSTRUÇÃO DE UM MODELO AVALIATIVO

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Governança e Desenvolvimento da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP como requisito para obtenção do título de Mestra em Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas.

Defendida em 28 de maio de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Regina Luna Santos de Souza, Orientadora - ENAP

Prof. Dr. Flávio Cireno Fernandes - ENAP

Profa. Dra. Carolina Rocha – Membro Externa

BRASÍLIA
05/2025

Dedicado este trabalho a todas as pessoas que direta e indiretamente contribuíram para sua realização e conclusão, em destaque à minha irmã, minha eterna orientadora: Prof.^a Dr.^a Mírian Barbosa Tavares Raposo, a pessoa que me apresentou o universo da pesquisa.

Muito especialmente aos meus filhos, Priscila e Carlos, pelo apoio, ajuda e paciência durante o processo e a meu neto, Bruno, pela inspiração que sua dedicação promove.

RESUMO

Em 2007, o governo federal lançou o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), cujo objeto é a construção de creches nos municípios brasileiros que manifestam interesse, por meio do Plano de Ação Articulada (PAR), a fim de proporcionar o aumento de oferta de vagas escolares para o segmento de 0 a 5 anos. Os critérios para escolha se baseiam nos dados do Censo Escolar. Esse estudo pretende fazer um levantamento de outros estudos, com objetivo de identificar externalidades e/ou questões que podem ser consideradas no momento da escolha dos entes, a fim de propor a construção de um modelo de avaliação que auxilie nessa escolha, e, desta forma, potencializar o retorno do investimento do recurso público.

Palavras-chave: Educação; Proinfância; Avaliação; Política Pública; Externalidades.

ABSTRACT

In 2007, the federal government launched the National Program for the Restructuring and Acquisition of Equipment for the Public Early Childhood Education Network (Proinfância). The program aims to build daycare centers in Brazilian municipalities that express interest through the Articulated Action Plan (PAR), to increase the availability of school places for children aged 0 to 5. The selection criteria are based on data from the School Census. This study aims to review previous research to identify externalities and/or factors that may be considered during the selection of beneficiary entities, with the goal of proposing the development of an evaluation model to support this selection process and thereby enhance the return on public investment.

Keywords: Education; Proinfância; Evaluation; Public Policy; Externalities.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Avaliação (continua).....	45
Tabela 2 – Engenharia (continua)	56
Tabela 3 - Impacto (continua).....	61
Tabela 4 - Pedagogia (continua)	79
Tabela 5 - Outros (continua).....	92

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Governo José Sarney	25
Figura 2 - Governo Collor	25
Figura 3 - Governo Itamar	25
Figura 4 - Governo FHC	26
Figura 5 - 1º Governo Lula	26
Figura 6 - Governo Dilma	27
Figura 7 - Governo Temer	27
Figura 8 - 2º Governo Lula	27
Figura 9- Achados avaliação e monitoramento da política pública.....	96
Figura 10 - Achados engenharia	100
Figura 11 - Achado Impacto	103
Figura 12 - Achados pedagogia	110
Figura 13 - Achado outros	116

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEDCA	Conselhos Estaduais da Criança e do Adolescente
CEDM	Conselhos Estaduais da Mulher
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CGPAC	Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento
DCNEIs	Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil
DNCr	Departamento Nacional da Criança
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MIEIB	Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PMCMV	Programa Minha casa, Minha vida
Proinfância	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil
SAE	Sistema de Informações e Avaliação Educacional
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEB	Secretaria de Educação Básica-
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação
SISU	Sistema de Seleção Unificada
STF	Supremo Tribunal Federal

1 INTRODUÇÃO

Quando olhamos para a história de nosso país, vemos que o acesso à educação foi marcado por fortes desigualdades: ora pelo não acesso ao sistema escolar, ora pela exclusão dentro do próprio sistema ou, ainda, pelo acesso a padrões diferentes de qualidade educacional.

O modo como se deu a expansão da Educação Básica, no Brasil, configurou a desigualdade nas condições de ensino desde a Lei Geral de 1827, ainda no Império, quando o poder central delegou às províncias as responsabilidades pela educação primária assumindo somente a superior, o que tornava a oferta educacional dos anos iniciais muito desigual entre cada região, tendo em vista suas disponibilidades financeiras (Sampaio, 2015).

A desigualdade educacional se refere às discrepâncias no acesso, permanência e sucesso escolar entre diferentes grupos sociais, econômicos, culturais e geográficos. Isso inclui diferenças em relação à renda familiar, nível socioeconômico, gênero, etnia e localidade. Algumas causas são:

- Pobreza e desigualdade econômica: a renda familiar baixa limita o acesso a recursos educacionais de qualidade.
- Falta de investimento público: falta de infraestrutura adequada e subfinanciamento de escolas públicas, que geralmente alocam os alunos mais pobres e vulneráveis socialmente.
- Desigualdade regional: diferenças significativas de desenvolvimento econômico entre regiões (Norte e Nordeste x Sul e Sudeste).
- Racismo e discriminação: barreiras para acesso e permanência de estudantes negros e indígenas.
- Acessibilidade: falta de acessibilidade para estudantes com deficiência.
- Qualidade do ensino: professores desatualizados ou sem formação adequada e gestores despreparados.
- Falta de recursos: insuficiência de materiais, tecnologia e infraestrutura.
- Burocracia e ineficiência: ineficácia na gestão de recursos e programas educacionais. (Desigualdade educacional: o que é e como acabar com ela, 2025)

Alerta-se que, o não acesso à boa educação pode ser empecilho para o exercício efetivo da cidadania e para a inserção adequada no mercado de trabalho. Além disso, as desigualdades educacionais podem contribuir para o aumento das desigualdades econômicas. (Desigualdade educacional: o que é e como acabar com ela, 2025)

Francisco Soares, apud Thomazinho (2014), ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), identifica, no artigo “Educação, Desigualdade e Pobreza” que a distribuição de infraestrutura no Brasil é prejudicial aos alunos mais pobres. O autor, partindo da análise das condições de infraestrutura de grupos divididos pelo nível socioeconômico, constata que os alunos mais pobres estudam nas escolas com pior infraestrutura.

Ainda segundo Thomazinho (2014) a desigualdade de acesso pode ser captada pela taxa de atendimento por quartil de renda familiar. Na faixa etária correspondente ao Ensino Fundamental (6 a 14 anos) a desigualdade é mínima. Já no atendimento às crianças de 0 a 3 anos e dos jovens de 18 a 24 anos ela é mais pronunciada, sendo que a taxa de atendimento do quartil mais rico é mais do que o dobro dos 25% mais pobres.

A desigualdade de infraestrutura escolar foi bem demonstrada por Neto *et al.* (2013), que, a partir de dados do censo escolar de 2011, criou indicadores, por meio dos quais analisa a infraestrutura das escolas de Educação Básica brasileiras, encontrando que 44,5% têm infraestrutura considerada elementar, que são escolas que têm apenas itens elementares como água, sanitário, energia, esgoto e cozinha; 40% têm infraestrutura considerada básica, o que significa que além dos itens elementares tem também itens como sala de diretoria e equipamentos como TV, DVD, computadores e impressoras; e apenas 15,5% das escolas têm infraestrutura considerada mais sofisticada, ou seja, escolas classificadas como tendo infraestrutura escolar adequada e avançada.

Segundo Sampaio (2015), uma das concepções de igualdade educacional é a de tratamento: as condições da oferta do ensino devem ser iguais para todos.

Dessa forma, políticas educacionais que promovem acesso mais igualitário são importantes tanto para a plena cidadania quanto para a redução da desigualdade em nossa sociedade. Entretanto, como uma política pública é escolhida? Quais os critérios para definir qual política pública vai receber a atenção governamental? A ação de atores externos ao cenário político interfere nas decisões governamentais?

1.1. Sobre as Políticas Públicas e suas Constituições

Capella (2018), afirma que estudos sobre formulação de políticas públicas são objeto de preocupação de pesquisadores há bastante tempo. A literatura internacional apresenta modelos teóricos estruturados e largamente conhecidos, desenvolvidos especificamente para lidar com processos de formulação. Esses modelos, além de ajudar na compreensão sobre como as agendas são definidas, têm contribuído para ampliar os conhecimentos sobre o processo de produção de políticas.

Muitos estudos afirmam que a formulação é apresentada no contexto do ciclo de políticas, sendo nesse caso identificada como etapa inicial, uma etapa pré-decisória, à qual se seguem, geralmente, as fases de tomada de decisão, implementação e avaliação. Assim, a formulação envolve, precipuamente, a identificação de problemas que requerem a atenção governamental, que seria a definição de agenda.

A partir dessa ideia é necessário tecer uma discussão sobre a identificação de um problema. Sob a perspectiva positivista/funcionalista, ao longo do século 20, caracterizou-se o entendimento de que problemas seriam “fatos” mensuráveis e passíveis de solução, ou ainda disfunções do sistema social. (Parsons, 2007 apud Cappela, 2018). Já para os interacionistas, problemas são como construções sociais, implicando não apenas condições objetivas, mas também juízos subjetivos (Parsons, 2007; Zittoun, 2016 apud Cappela, 2018). Esses dois conceitos mudam a função do analista de política pública, enquanto no primeiro caso os técnicos deveriam coletar dados e analisá-los em busca de soluções capazes de resolvê-los, no segundo, envolve a explicitação de definições e pressupostos sobre determinadas construções de problemas e a identificação de pontos de vista alternativos (Cappela, 2018).

Assim, nesse período, o debate em torno dos problemas sociais se desenvolveu sob diferentes perspectivas, indicando estudos a partir de movimentos sociais, mídia e opinião pública, questões urbanas, entre outros.

Os estudos atuais demonstram que a definição de problema é o foco central do conflito político. Deborah Stone (2002), apud Capella (2018) afirma que a definição de problemas consiste numa “representação estratégica” de situações: representação, porque prioriza um ponto de vista entre outros possíveis. Estratégica, porque essa descrição é escolhida para promover um determinado curso de ação.

A partir da identificação do problema, ele precisa entrar na agenda política. A agenda política envolve tanto os entendimentos sobre problemas como aspectos concretos, ações governamentais diretas.

Contudo, não são todos os problemas que entram na agenda governamental, muitas discussões sociais não atraem a atenção do governo. Cobb e Elder (1971) apud Cappella (2018), definiram essas discussões como agenda sistêmica, que envolve todas as impressões sociais sobre os problemas, mas não necessariamente, irão demandar ação governamental. A partir da agenda sistêmica é construída a agenda governamental, impulsionada por diversos atores influentes na produção de políticas públicas.

A transição entre questões presentes na agenda sistêmica em direção à agenda governamental foi explicada por vários autores. Para Kingdon, (1984, p. 93) apud Capella 2018, uma questão chega à agenda quando "um problema é **reconhecido**, uma **solução está disponível** e o clima político torna o **momento certo** para a mudança".

Portanto, a mudança da agenda é o resultado da convergência entre três fluxos: problemas (problems); soluções ou alternativas (policies); e política. (politics), essa teoria é conhecida como o modelo dos "fluxos múltiplos". A convergência desses três fluxos relativamente independentes explica os motivos pelos quais alguns problemas vão para agenda governamental (Capella 2018).

No primeiro fluxo, o modelo busca analisar de que forma as questões são reconhecidas como problemas e por que determinados problemas passam a ocupar a agenda governamental. As questões transformam-se em problemas ao chamar a atenção dos participantes de um processo decisório. Isso pode acontecer em função de vários fatores como uma crise ou questões de visibilidade política ou o surgimento de novos problemas a partir de uma intervenção anterior.

No segundo fluxo – policy stream – temos um conjunto de alternativas e soluções (policy alternatives) disponíveis para os problemas. Contudo, não é incomum que as ideias geradas nesse fluxo não estejam relacionadas à percepção de problemas específicos, Kingdon (2003, p. 32) apud Capella 2018, considera que muitas soluções são criadas e então encontra-se um problema que abarque a ação proposta. Conclui-se então, que esse é um processo competitivo de seleção. Assim, as ideias que se mostram viáveis do ponto de vista técnico e as que têm custos

toleráveis, como também, aquelas que contam com a aceitação do público em geral e com a receptividade dos formuladores de políticas, geralmente sobrevivem.

O terceiro fluxo é composto pela dimensão da política “propriamente dita” (politics stream), onde as coalizões são construídas a partir de um processo de barganha e negociação política. Nesse fluxo, três fatores influem sobre a agenda governamental, de acordo com Kingdon (2003, p. 32) apud Capella 2018, o primeiro é o “clima” ou “humor” nacional (national mood) que é quando diversas pessoas compartilham as mesmas questões durante um determinado período. O segundo elemento do fluxo político é composto pelas forças políticas organizadas, exercidas principalmente pelos grupos de pressão. O terceiro fator a afetar a agenda são as mudanças dentro do próprio governo (atores).

Quando esses três fluxos – problemas, soluções e dinâmica política – são reunidos, geram uma oportunidade de mudança na agenda. Neste momento, um problema é reconhecido, uma solução está disponível e as condições políticas tornam o momento propício para a mudança, permitindo a convergência entre os três fluxos e possibilitando que questões ascendam à agenda (Capella 2018).

Capella 2018, afirma que, para a junção dos três fluxos é necessário a existência e a atuação de pessoas (empreendedores da política) dispostas a investir seus recursos numa ideia ou projeto visando à sua concretização. Essas pessoas são encontradas dentro dos governos (dirigentes, burocratas, servidores de carreira) e na sociedade civil (lobistas, associações, acadêmicos, jornalistas) e desempenham papel na articulação entre problemas e soluções, problemas e forças políticas, e entre estas e as propostas existentes Kingdon (1995, p. 112) apud Capella.

No subcapítulo a seguir apresentamos algumas das políticas públicas construídas ao longo da história do Brasil, relacionadas à infraestrutura escolar.

1.2. Sobre a História das Políticas Públicas Educacionais no Brasil

O Brasil tem caminhado em direção à construção de políticas públicas educacionais relacionadas à infraestrutura das escolas lentamente. Abaixo, listamos algumas delas, lançadas pelos governos após a abertura política em 1985.¹

¹ Não existem muitos dados educacionais antes de 1990, mas a partir da criação do SAEB os dados começaram a ser catalogados. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

No período de 1985-1990, quando era Presidente do Brasil José Sarney, foi lançado o Programa Educação para Todos: caminhos para mudança, (Brasil, 1985), que visava a universalização da educação básica (nesse período compreendia o acesso e a permanência das crianças de 7 a 14 anos), o combate ao analfabetismo e a necessidade de melhorar as condições de aprendizagem, previa também, mudanças na proposta político-pedagógica e valorização dos professores com aperfeiçoamento da carreira do docente, a expansão e recuperação da rede física, a fim de aumentar a oferta de vagas para a educação básica. O período também foi marcado pelo retorno das organizações ligadas à educação, como a União Nacional dos Estudantes e as Conferências Brasileiras de Educação. (Kipnis, 2021).

Em 1985, de acordo com estatísticas compiladas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 18% das crianças de 7 a 14 anos (faixa etária obrigatória indicada na época para o Primeiro Grau) estavam fora da escola. Em 1991, a taxa baixou para 8%. Na faixa de 15 a 17 anos, o percentual de jovens fora da escola no mesmo período caiu de 41% para 31%. Na faixa de 4 a 6 anos, a variação foi de 71% para 59%. (Gois 2018).

Nesse período não houve muitos avanços na educação, considerando que o maior problema a ser enfrentado na época era a inflação descontrolada, que chegou a atingir 2.477% ao ano. (Gois 2018).

No Governo de Fernando Collor (1990-1992), foi lançado o Programa Setorial de Ação do Governo na Área de Educação. A ideia norteadora do Programa é a necessidade de inserir o Brasil na revolução tecnológica que acontecia no mundo, através da modernização em vários segmentos. Na educação, a aposta – que não se consolidou – é na gestão descentralizada, com participação de atores não-estatais e maior atuação dos estados e municípios, e na melhoria da qualidade da oferta.

Percebia-se, entre os setores de cunho social: educação, saúde, habitação, reforma agrária e redistribuição de renda, que era o momento de exigir do Estado uma nova postura no campo social, de modo a assegurar que os direitos estabelecidos na nova Constituição fossem efetivados por meio de políticas públicas. (Padilha, 2015)

O presidente prometeu realizar grandes transformações na educação brasileira, pois exigia que o setor oferecesse “a necessária qualificação dos recursos

humanos para fazer frente aos desafios da modernidade” (Melo, 2008, p. 74 apud Padilha, 2015).

O governo se comprometeu, no “Plano de Reconstrução Nacional”, a reorganizar o ensino fundamental e contribuir para sua universalização; recuperar prédios e instalações escolares; instituir um novo modelo de formação docente; reduzir drasticamente o analfabetismo; rever as fórmulas de financiamento educacional; ampliar o atendimento da Educação de Jovens e Adultos, fomentar a educação a distância; apoiar a autonomia universitária; aperfeiçoar o sistema de bolsas e créditos educativos; redesenhar os modelos de gestão, entre outras ações (Padilha, 2015).

Nesse período, promulgou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), importante instrumento jurídico na luta pela inclusão, é que a administração Collor daria sua maior contribuição. (Kipnis, 2021).

Contudo, foi constatado, especificamente, no campo educacional que Programas para os diferentes setores foram elaborados e grandes objetivos e metas foram delimitados, sem que houvesse, contudo, recursos técnicos e financeiros disponíveis para concretizá-los. (Padilha, 2015).

O Governo Itamar Franco (1992-1995) não teve tempo e recursos econômicos suficientes para empreender políticas sociais formuladas por técnicos. Daí a opção pela promoção de alterações pontuais – pautadas na austeridade – nos programas governamentais elaborados pelo antecessor, modificando apenas certos conceitos e práticas pouco exitosas. (Padilha, 2016)

Plano Decenal de Educação para Todos, compromisso assumido pelo Brasil na Conferência de Educação para Todos, visava a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo e a implementação da Política Nacional de Educação Especial, traduzindo em ação de governo o dispositivo da Constituição de 1988 que assegura o direito à educação a pessoas com necessidades especiais. (Kipnis, 2021).

O Censo Educacional, importante instrumento de diagnóstico, foi retomado em todo o país a partir de 1993 (Franco, 1994, apud Padilha, 2016).

Duas iniciativas se destacariam dentre as inúmeras voltadas ao atendimento educacional à infância: a reestruturação dos CIACs (Centros Integrados de Atendimento à Criança), e a criação do Projeto Nordeste de Educação Básica, um dos primeiros frutos do Plano Decenal de Educação para Todos.

Os CIACs foram um dos principais motes de propaganda da administração Collor, por meio do PRONAICA (Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente), que tinha como objetivo o atendimento integral à criança mediante a articulação de serviços e equipamentos sociais dos entes federativos.

Já criação do Projeto Nordeste de Educação Básica, tinha como propósito aumentar o número de vagas escolares, expandir a oferta de serviços educacionais e melhorar a qualidade do ensino na região Nordeste (FRANCO, 1994).

O governo Itamar Franco reestruturou a Educação Especial no MEC ao reinserir na estrutura organizacional a Secretaria de Educação Especial, cujas ações se caracterizariam pela “[...] centralização do poder de decisão e execução, por uma atuação marcadamente terapêutica e assistencial ao invés de educacional, dando ênfase ao atendimento segregado realizado por instituições especializadas particulares” (Mazzotta, 1990, p. 107 apud Mendes, 2010, p. 102).

Uma ação que é reconhecida no governo Itamar Franco foi o início da estruturação de um sistema nacional de educação, que deveria ser capaz de estabelecer objetivos comuns a serem alcançados em conjunto, pelos municípios, estados e União, implementado pelo então ministro da educação, Murilo Hingel. (Kipnis 2021).

Os resultados só não foram mais positivos devido a pelo menos três fatores: diminuto tempo de mandato (pouco mais de dois anos); escassez de recursos financeiros; e manutenção do ideário neoliberal, derivada da pressão dos organismos multilaterais.

O Governo Fernando Henrique, 1995-2003, se distinguiu pelo fato de se fundamentar num diagnóstico prévio e compreensivo da situação e dos principais problemas do sistema educacional. O diagnóstico permitiu o estabelecimento de prioridades e a definição dos instrumentos de atuação a serem utilizados. O projeto do Plano Nacional da Educação, apresentado pelo Presidente ao Congresso, expressa bastante bem essas prioridades:

"A primeira consiste na garantia de oferta de Ensino Fundamental obrigatório de oito séries, assegurando o ingresso e a permanência de todas as crianças de 7 a 14 anos na escola".

"A segunda prioridade consiste no resgate da dívida social acumulada, garantindo a educação fundamental a todos que não tiveram acesso a ela na idade adequada ou que não lograram concluí-la. Essa prioridade está incorporada na

questão da Educação de Jovens e Adultos, que merece uma atenção especial neste Plano Nacional de Educação...".

"A terceira prioridade reside na ampliação do acesso aos níveis educacionais anteriores e posteriores ao Ensino Fundamental, envolvendo, desta forma, a Educação Infantil, o Ensino Médio e a Educação Superior". (Durham, 1999)

Foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), em 1996, que direcionou o gasto obrigatório em educação para o ensino fundamental e distribuiu o recurso para os municípios, (Kipnis 2021): "A política contribuiu para a redução, entre 1995 e 2002, de 22% para 13% no percentual de crianças de 4 a 17 anos fora da escola. Na faixa etária de 7 a 14 anos, que era na época a única de matrícula obrigatória e público-alvo principal do Fundef, o percentual de crianças fora da escola caiu de 10% para 3% no mesmo período." (Gois, 2018). Nesse período, também foram criadas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), que continha o Plano Nacional de Educação (PNE), mecanismo que tem o objetivo de estabelecer metas e estratégias a serem perseguidas pelo poder público para o setor. (Kipnis, 2021; Durham, 1999).

O Projeto Nordeste de Educação Básica, para direcionar recursos para as escolas públicas de ensino fundamental dessa região. Os recursos são destinados entres outros, a infraestrutura escolar; Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – que viria a ser chamado Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) a partir de 1998. Nele, o governo federal repassa recursos diretamente aos estabelecimentos escolares públicos de ensino fundamental para suprir pequenos gastos como reparos ou compra de materiais didáticos. (Kipnis, 2021).

Considerando a falta de dados sobre educação, implementou-se a retomada do Censo Escolar; a criação e implementação do Sistema de Informações e Avaliação Educacional (SAE), a fim de fornecer informações e avaliar a qualidade da educação em todos os níveis e modalidades e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), (Kipnis 2021).

Em que pese todos os avanços na educação, os investimentos sobre a educação infantil ainda eram incipientes, somente no governo Luís Inácio Lula, com a mudança do Fundef que previa recursos somente ao ensino fundamental, para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) que se passou a abarcar também o ensino médio

e a educação infantil. Nesse período também foi lançado o programa Proinfância, que previa a melhoria da infraestrutura física da rede de Educação Infantil. (Brasil, 2006).

No Governo Luiz Inácio Lula (2003-2011) os programas sociais implementados podem ser considerados em grande parte como assistenciais ou compensatórios. Muitos programas sociais foram desenvolvidos tendo como público-alvo os mais pobres, os miseráveis, os que se encontravam abaixo da linha da pobreza.

Nesse sentido foi lançando o programa Compromisso Todos pela Educação que inseriu na agenda governamental e as metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e ao Plano Metas Compromisso Todos pela Educação ([Decreto 6.094/2007](#)), (Brasil, 2007). Transformou-se o Fundef no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais (Fundeb), que contemplou, também, as creches, a Emenda Constitucional 108/2020 de agosto de 2020 tornou o Fundeb permanente. Destaca-se que 15% dos recursos distribuídos pela União devem ser utilizados para investimentos em infraestrutura.

Criado o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação infantil (Proinfância), que teve sua estruturação no governo seguinte.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) foi instituído em 2004 pelo Ministério da Educação para possibilitar o acesso e a permanência das crianças residentes em área rural à escola por meio da disponibilização de transporte escolar ([Lei 10.880/2004](#)). (Brasil, 2004).

O Programa Universidade para Todos (Prouni) é criado por Medida Provisória ([MP 213/2004](#)) do governo federal, visando a democratização do acesso ao ensino superior por meio de bolsas em faculdades particulares. (Brasil, 2004).

Deu-se início ao Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação infantil (Proinfância).

Criou-se, em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que é uma referência desenvolvida nesse governo para servir de indicador de qualidade na educação. O índice, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), pretende mostrar as condições de ensino no Brasil. (Dalila, 2009).

A partir da análise dos indicadores do IDEB, o MEC ofereceu apoio técnico e financeiro aos municípios com índices insuficientes de qualidade de ensino. O aporte

de recursos se deu a partir da adesão ao “Compromisso Todos pela Educação” e da elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR). (Dalila, 2009).

Foi criada primeira versão do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, que contempla um conjunto de ações e programas voltados para melhorar a qualidade da educação. Seus objetivos eram:

- a elevação global do nível de escolaridade da população;
- a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e
- democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (Brasil, 2001)

O PDE está sustentado em seis pilares:

- visão sistêmica da educação;
- territorialidade;
- desenvolvimento;
- regime de colaboração;
- responsabilização e
- mobilização social. (Brasil, 2001).

Considerando que os recursos financeiros são limitados e que a capacidade para responder ao desafio de oferecer uma educação compatível, na extensão e na qualidade, à dos países desenvolvidos precisa ser construída constante e progressivamente, são estabelecidas prioridades neste plano, segundo o dever constitucional e as necessidades sociais.

1. Garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse ensino. Essa prioridade inclui o necessário esforço dos sistemas de ensino para que todas obtenham a formação mínima para o exercício da cidadania e para o usufruto do patrimônio cultural da sociedade moderna. O processo pedagógico deverá ser adequado às necessidades dos

- alunos e corresponder a um ensino socialmente significativo. Prioridade de tempo integral para as crianças das camadas sociais mais necessitadas.
2. Garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida e parte intrínseca desse nível de ensino. A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básicos da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial e da constituição da sociedade brasileira. Envolve, ainda, a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos e deveres.
 3. Ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino – a educação infantil, o ensino médio e a educação superior. Está prevista a extensão da escolaridade obrigatória para crianças de seis anos de idade, quer na educação infantil, quer no ensino fundamental, e a gradual extensão do acesso ao ensino médio para todos os jovens que completam o nível anterior, como também para os jovens e adultos que não cursaram os níveis de ensino nas idades próprias. Para as demais séries e para os outros níveis, são definidas metas de ampliação dos percentuais de atendimento da respectiva faixa etária. A ampliação do atendimento, neste plano, significa maior acesso, ou seja, garantia crescente de vagas e, simultaneamente, oportunidade de formação que corresponda às necessidades das diferentes faixas etárias, assim como, nos níveis mais elevados, às necessidades da sociedade, no que se refere a lideranças científicas e tecnológicas, artísticas e culturais, políticas e intelectuais, empresariais e sindicais, além das demandas do mercado de trabalho. Faz parte dessa prioridade a garantia de oportunidades de educação profissional complementar à educação básica, que conduza ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia.
 4. Valorização dos profissionais da educação. Particular atenção deverá ser dada à formação inicial e continuada, em especial dos professores. Faz parte dessa valorização a garantia das condições adequadas de trabalho, entre

elas o tempo para estudo e preparação das aulas, salário digno, com piso salarial e carreira de magistério.

5. Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive educação profissional, contemplando também o aperfeiçoamento dos processos de coleta e difusão dos dados, como instrumentos indispensáveis para a gestão do sistema educacional e melhoria do ensino. (Brasil, 2001).

Ministério da Educação lança, por meio do Decreto 6.096/2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), parte do Plano de Desenvolvimento da Educação, com o objetivo de ampliar as vagas disponíveis em cursos de ensino superior nas universidades federais e aumentar a permanência dos alunos nos cursos de graduação. (Brasil, 2007)

O Programa Mais Educação foi instituído em 2007 (Portaria Interministerial 17/2007) visando fomentar o ensino integral e a expansão do tempo de permanência dos alunos da educação básica na escola, a partir do apoio à realização de atividades socioeducativas no período do contraturno escolar. (Brasil, 2007)

Em 2009, a Emenda Constitucional 59 determina que o ensino básico obrigatório e gratuito se estenda a todos os níveis de ensino entre 4 e 17 anos, ou seja, torna-se dever do Estado garantir o acesso ao ensino público desde a Educação Infantil ao Ensino Médio. (Brasil, 2009).

Nesse período, o Ministério da Educação, em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), lança o “Novo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)”. A partir deste ano, o Enem é vinculado à entrada no ensino superior público e é utilizado como critério para o Programa Universidade para Todos (Prouni). O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) também foi criado, que é um sistema informatizado para gerenciar a oferta de vagas nas universidades e selecionar os candidatos que realizam o Enem. (Kipnis, 2021).

Ocorreu também a 1ª Conferência Nacional de Educação (Conae), em 2010 acontece, com a participação de cerca de 2,5 mil delegados. Com o tema “Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação”, a conferência abrange todos os níveis de ensino, com ampla participação da sociedade civil, agentes públicos,

entidades de classe, estudantes e profissionais da educação. Entre suas principais propostas estava a destinação de 10% do PIB para o setor. (Kipnis, 2021).

No governo da presidenta Dilma (2011-2016), por meio da Lei 12.513/2011, cria-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino técnico e profissional. São vários projetos e ações preexistentes e outros novos, voltados para a educação profissional. (Brasil, 2011). Também foi instituída a Lei de Cotas (Lei 12.711/2012), reservando 50% das vagas das universidades e institutos federais para alunos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas (Brasil, 2011).

O programa Brasil Carinhoso, lançado em 2012, consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional, além de garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil (FNDE), o programa teve como objetivo de beneficiar 2 milhões de famílias em situação de extrema pobreza que tenham filhos de até seis anos de idade. (Kipnis 2021).

A ação Brasil Carinhoso aumenta em 50% o repasse financeiro da União ao Fundeb para municípios que criassem novas vagas em creches públicas ou conveniadas destinadas às famílias em extrema pobreza com filhos de até 6 anos a fim de para aumentar a oferta desse nível de ensino às famílias beneficiárias do Bolsa Família, contribuindo, dessa forma, com o cumprimento determinado pela Emenda Constitucional (EC 53/2006) quanto a obrigatoriedade de assistência gratuita em creches e pré-escolas das crianças de 0 a 5 anos, reforçando a responsabilidade dos municípios de garantir a oferta de vagas. (Kipnis, 2021).

Promulgou-se a Lei 12.858/2013 determina a destinação de 75% dos royalties do petróleo para educação e 25% para a saúde. 50% do fundo social do pré-sal também é destinado para educação e saúde. (Brasil, 2013).

No Governo Temer (2016-2019): Novo Ensino Médio em 2016 via medida provisória (MP 746/2016) (Brasil, 2016), convertida em lei no ano seguinte (Lei 13.415/2017). O objetivo da reforma é diminuir a evasão, aumentar a oferta de vagas e melhorar a qualidade nesse nível do ensino básico. Com a reforma, a carga horária do Ensino Médio aumentou de 2.400 horas para 3.000 horas. (Kipnis 2021).

Foi aprovada no Congresso Nacional a Emenda Constitucional 95/2016, de autoria do poder Executivo, que fixa por 20 anos, com possibilidade de revisão depois

de 10 anos, o limite das despesas da administração federal, com limitação da aplicação de recursos na educação suspendendo a vinculação de 18% da arrecadação de impostos da União à educação. (Brasil, 2016).

O governo subsequente, considerando a Emenda Constitucional 95/2016, mitigou os investimentos primários, e, conseqüentemente, as despesas públicas em educação. Como consequência, em 2023, segundo o sítio do FNDE, havia 5.642 obras paralisadas ou canceladas. (Brasil)

O Governo Lula (2023-2026), em 1º de novembro de 2023, homologou a Lei nº 14719 (Brasil, 2023), que instituiu o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde. Como resultado, conforme publicado no sítio do FNDE em 04/12/2024, houve redução de 52% no número dessas obras. (Brasil, 2023).

Também foi instituído, em 2023, o Pé-de-Meia que é um programa de incentivo financeiro-educacional voltado a estudantes matriculados no ensino médio público beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). O programa funciona como uma poupança para promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes nessa etapa de ensino. Seu objetivo é democratizar o acesso e reduzir a desigualdade social entre os jovens, além de fomentar a inclusão educacional e estimular a mobilidade social.

Em 2025 o programa foi expandido para o Pé-de-Meia Licenciaturas que é uma ação executada pela CAPES, no âmbito do Programa Mais Professores para o Brasil, instituído pelo Ministério da Educação por meio do Decreto Nº 12.358 de 14 janeiro de 2025, que foi construído em reconhecimento ao papel central dos docentes no processo de aprendizagem dos estudantes e no sucesso das políticas educacionais. A iniciativa visa fortalecer a formação docente, incentivar o ingresso de professores no ensino público e valorizar os profissionais do magistério, proporcionando-lhes recursos e oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo. (Brasil, 2025).

Em resumo:

Figura 1 - Governo José Sarney



José Sarney (1985-1990)

Programa Educação para Todos: caminhos para mudança

Nesse período não houve muitos avanços na educação, considerando que o maior problema a ser enfrentado na época era a inflação descontrolada, que chegou a atingir 2.477% ao ano.

Figura 2 - Governo Collor



Fernando Collor (1990-1992)

Programa Setorial de Ação do Governo na Área de Educação

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - 1990

Conferência de Educação para Todos - 1994

Projeto CIAC - 1990

Figura 3 - Governo Itamar



Itamar Franco (1992-1995)

Plano Decenal de Educação para Todos

Censo Educacional - 1993

Reestruturação dos CIACs

Projeto Nordeste de Educação Básica

Reestruturou a Educação Especial

Figura 4 - Governo FHC



Fernando Henrique(1995-2003)

Plano Nacional da Educação

Criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) - 1996
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que continha o Plano Nacional de Educação (PNE)
Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, atual Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)
Implementação do Sistema de Informações e Avaliação Educacional
Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)
Retomada do Censo Escolar
Institui o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM - 1998
Programa Bolsa Escola (Medida Provisória 2.140/2001)

Figura 5 - 1º Governo Lula



Luiz Inácio Lula (2003-2011)

Compromisso Todos pela Educação

Cria-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais (Fundeb)
Primeira versão do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)
Criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - 2007
Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)
Programa Mais Educação
determina que o ensino básico obrigatório e gratuito se estenda a todos os níveis de ensino entre 4 e 17
Novo Enem
Sistema de Seleção Unificada (Sisu)
1ª Conferência Nacional de Educação (Conae)
Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação infantil (Proinfância)

Figura 6 - Governo Dilma



Dilma (2011-2016)

Brasil, Pátria Educadora

Lei de Cotas

Brasil Carinhoso

a obrigatoriedade de assistência gratuita em creches e pré-escolas das crianças de 0 a 5 anos

Lei 12.858/2013 - royalties do petróleo e pré-sal, destinados à educação e saúde.

Figura 7 - Governo Temer



Temer (2016-2019)

Novo Ensino Médio

Figura 8 - 2º Governo Lula



Luiz Inácio Lula (2023-Atual)

Pacto nacional de retomada de obras

Programa pé de meia

Programa pé de meia licenciatura

Programa mais professores

1.3. Sobre as Creches no Brasil

Sabe-se que a creche escolar oferece um serviço à população de grande importância tanto no aspecto social como no pedagógico, que é realmente necessário para melhorar a qualidade de vida de determinada população. (Carmo, 2019).

Ainda conforme Carmo (2019), desde os primeiros registro de creches ao redor do mundo (Escola do Tricô, fundada em 1767 pelo Padre Oberlin, na França; Instituto para Formação de Caráter, criada em 1816 por Robert Owen, na Escócia; Jardim-de-Infância, criado por Froebel em 1873, na Alemanha; Casa Dei Bambini (casa das crianças), criada no início do sec. XX, na Inglaterra; O Infantário, no início do sec. XX, na Inglaterra, Margaret McMillan em parceria com sua irmã Raquel criaram esta instituição). Observa-se que, com exceção dos jardins-de-infância de Froebel, todas as outras creches foram iniciadas para melhorar a vida das crianças pobres. A creche surgiu como uma instituição assistencial que ocupava o lugar da família, nas mais diversas formas de ausência.

Esse caráter assistencialista, ou seja, um direito não de todos, mas somente dos que careciam deste atendimento, pois esta instituição era designada a cuidar das crianças enquanto os pais/mães trabalhavam, sendo assim, apenas os filhos dos trabalhadores frequentavam este estabelecimento, durou por muito tempo. Nessa visão, as creches eram consideradas como um espaço (depósito) para cuidar de crianças, não havendo nenhuma preocupação com o educar, embora educasse, (Castro e Sousa, 2015).

Creches, escolas maternais e jardins-de-infância fizeram parte do conjunto de instituições modelares de uma sociedade civilizada, propagadas a partir dos países europeus centrais, durante a Era dos Impérios, na passagem do século XIX ao XX (Hobsbawm, 1988 apud Kuhlmann, 2000).

Segundo Castro e Sousa (2015), não há um consenso exatamente sobre qual seria o pioneiro da creche no Brasil. A autora Maria Vitória Civiletti aponta para a Roda dos Expostos, também chamada de Roda, que existiu institucionalmente até 1900 (Arantes, 2010), em um período pós-abolição, enquanto outros autores identificam as criadeiras como uma semente da creche. As criadeiras eram mulheres pertencentes a comunidades que atendiam as crianças de diversas famílias para que suas mães pudessem trabalhar.

Em 1922, o Estado organizou o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. As conclusões foram as de que a creche tinha como finalidade:

- Combater a pobreza e a mortalidade infantil;
- Atender os filhos da trabalhadora, mas com uma prática que reforçava o lugar da mulher no lar e com os filhos;
- Promover a ideologia da família. (Hellmann, 2018)

No período de 1900 a 1930, operários passaram a protestar contra as precárias condições de vida e de trabalho. Os empresários, procurando enfraquecer os movimentos, começaram a conceder algumas creches e escolas maternas para atender os filhos da trabalhadora. (Freitas, 2019).

Em 1930, Mário de Andrade é nomeado diretor do Departamento de Cultura e começa a estruturar o “Parque Infantil”. A proposta era dar atendimento às crianças de 3 a 6 anos e às de 7 a 12 anos, fora do horário escolar. O parque proporcionava à criança de família operária o direito à infância, a brincar e ao não-trabalho. Dava ênfase ao caráter lúdico e artístico. (Kuhlman, 2000).

Em 1940, criou-se, no Brasil, o Departamento Nacional da Criança (DNCr), ligado ao então Ministério da Educação e Saúde que, entre outras atividades, encarregou-se de estabelecer normas para o funcionamento das creches, (Kuhlmann, 2000).

De lá até meados da década de 1970, as instituições de educação infantil viveram um lento processo de expansão, parte ligada aos sistemas de educação, atendendo crianças de 4 a 6 anos, e parte vinculada aos órgãos de saúde e de assistência, com um contato indireto com a área educacional, (Kuhlmann, 2000).

Além disso, as grandes cidades não dispunham de infraestrutura urbana suficiente, em termos de saneamento básico, moradias etc., e sofriam o perigo de constantes epidemias, assim as creches passaram a ser defendidas por sanitaristas, que estavam preocupados com as condições de vida da população operária. (Cunha, 2013)

Passando para 1960 os discursos pedagógicos baseados na teoria da privação cultural e da sua solução: a educação compensatória. O pressuposto dessa política é o de que o fracasso acontece porque as crianças não estariam suficientemente preparadas para tirar o proveito satisfatório da escola. As experiências compensatórias mencionadas deveriam ocorrer na escolarização formal, mas

sobretudo no período imediatamente anterior ao ingresso no sistema de ensino regular, ou seja, na pré-escola. (Kramer, 1982).

Na década de 70, ocorre a profusão de movimentos sociais e com eles surge, dentre outras, uma proposta de creche mais afirmativa para a criança, a família e a sociedade. Para encerrar este período, é importante ainda lembrar que, em 1975, o Ministério de Educação e Cultura instituiu a Coordenação de Educação Pré-Escolar e, em 1977, foi criado o Projeto Casulo, vinculado à Legião Brasileira de Assistência (LBA) que atendia crianças de 0 a 6 anos de idade e tinha a intenção de proporcionar às mães tempo livre para poder “ingressar no mercado de trabalho e, assim, elevar a renda familiar”. (Freitas, 2019).

Na década de 1980 houve um avanço considerável com relação à Educação Infantil no âmbito legislativo. Como:

- Foram produzidos estudos e pesquisas de relevante interesse, inclusive discutindo e buscando a função da creche/pré-escola;
- Universalizou-se a ideia de que a educação da criança pequena é uma demanda social básica;
- A Constituição de 1988 definiu a creche e a pré-escola como direito de família e dever do Estado em oferecer esse serviço. (Freitas, 2019).

Observa-se com esses relatos que o objetivo das creches, desde os primórdios, era assistencialista com foco na promoção da saúde e acolhimento das crianças, deixando assim espaço para as mães ingressarem no mercado de trabalho. Posteriormente entendeu-se o importante papel para a socialização e o desenvolvimento pedagógico.

Em seguida, vamos falar como então se deu o ingresso das creches na agenda política.

1.4. Agendas das Creches

Considerando que, de acordo com Capela, 2018, para entrar na agenda política um problema deve ser reconhecido, uma solução tem de estar disponível e as condições políticas tornam o momento propício para a mudança, conseguimos identificar o movimento no que diz respeito ao programa Proinfância?

No ordenamento jurídico do Brasil, desde a Constituição da República de 1988 em seu artigo 7º, inciso XXV (Brasil, 1988), o direito à creche é previsto dentre os direitos sociais:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas

Já o art. 208, IV complementa:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

(...)

IV - Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

Apesar no ordenamento constitucional, nenhum programa específico para esse problema foi implementado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990) amplia a faixa etária que deve ser atendida pelo aparelho educacional e assistencial:

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

(...)

IV - Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.

No mesmo sentido dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996):

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

(...)

IV - Atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade.

O mesmo estatuto, regulando o comando constitucional, também dispõe sobre o direito à creche:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 - A educação infantil será oferecida em:

I - Creche ou entidades equivalentes, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - Pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Em 2006, a Lei nº 11.274/2006 (Brasil, 2006), instituiu a duração do Ensino Fundamental para 9 anos, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade. A Educação Infantil passou a ser de 0 a 3 anos (creche) e de 4 a 5 (pré-escola). Consequentemente, para garantir o direito à educação para as crianças em creches e pré-escolas surge a necessidade de criação e execução de políticas públicas que promovam esse atendimento.

Portanto, a questão estava latente na esfera governamental. Contudo, ainda não havia sido implementada nenhuma ação contundente para o atendimento do preceito constitucional.

O marco do avanço estatal em direção a criar condições para garantir o usufruto do direito à creche foi a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) (Brasil, 2020), que tinha como principal estratégia o financiamento da Educação Básica, compreendendo, a partir de então, a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, com duração prevista para 14 anos.

No entanto, Correa (2011) enfatiza que ao sair do executivo, o projeto para o fundo não previa a inclusão das creches em sua composição e, foi apenas a partir de pressão contínua construída por diferentes setores da sociedade civil, com destaque para experiências de reivindicações organizadas como o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB). que a situação foi invertida. Desse modo, verifica-se que o Proinfância emerge no contexto destas mudanças no que se refere às políticas de Educação Infantil no Brasil.

O MIEIB enquanto movimento social de luta em prol de uma educação infantil pública, laica e de qualidade, teve seu início em 1999, a partir da articulação de alguns comitês estaduais que já discutiam a demanda por educação infantil no país e desde então vem pautando suas ações de incidência política nos temas de maior relevância no cenário nacional, garantindo a consideração das especificidades locais a partir da intervenção dos fóruns estaduais. (MIEIB, 1999)

Dentre as conquistas é importante citar sua contribuição para: o reconhecimento da educação infantil como primeira etapa da educação básica; a inclusão da educação infantil no financiamento da educação básica; a organização das diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil (DCNEIs); a organização dos parâmetros nacionais de qualidade para as instituições de educação infantil; a elaboração do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância); a elaboração da Política Nacional de Educação Infantil do Campo; entre outras. O MIEIB também tem contribuído diretamente com a organização dos planos municipais e estaduais de educação, levando a pauta da educação infantil. (MIEIB, 1999).

O Ministério Público do Paraná, foi mais uma frente no sentido de incluir na agenda governamental o problema da educação infantil. Ciente da gravidade do problema, que atinge mães, pais e filhos, incentivou o desenvolvimento pelo governo estadual, por meio dos Conselhos Estaduais da Mulher (CEDM) e Conselho da Criança e do Adolescente (CEDCA), da campanha “Educação Infantil: direito fundamental de toda criança” (BRASIL. MPPR, 2018).

O Supremo Tribunal Federal (STF) também se manifestou quanto ao pleito quando mantém condenação de município que não criar vagas em creches e pré-escolas para crianças de zero a cinco anos em unidades próximas de suas residências.

“A educação infantil representa prerrogativa constitucional indisponível, que, deferida às crianças, a estas assegura, para efeito de seu desenvolvimento integral, e como primeira etapa do processo de educação básica, o atendimento em creche e o acesso à pré-escola (CF, art. 208, IV).” (STF, 2011)

Assim, em 2007 o governo federal lançou, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007 (Brasil, 2007), que foi uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), (Brasil, 2007)

do Ministério da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de Educação Infantil. A seguir trataremos a esse respeito.

1.5. Sobre a Infraestrutura

A infraestrutura escolar², por muito tempo, foi colocada como coadjuvante no desenvolvimento acadêmico dos discentes. A pesquisa realizada por James S. Coleman (1966), a pedido do poder público inglês, demonstrou que fatores individuais (nível socioeconômico) explicam as diferenças observadas entre o desenvolvimento dos alunos. Coleman observou que as condições das escolas pouco influenciavam no desempenho dos estudantes. Essa conclusão foi corroborada por outro estudo no mesmo período - o relatório Plowden (1967).

Contudo, outros estudos questionaram essas conclusões. Christopher Jencks (1972) demonstrou que o sucesso escolar é influenciado por alterações no tamanho da turma, número de horas letivas, organização da escola e qualificação dos professores. Sammons (1999) destaca vários fatores que, associados, tornam as escolas mais eficazes, entre eles: ambiente de aprendizagem, parceria casa-escola, incentivo positivo, entre outros. Esses estudos indicam que a infraestrutura escolar, que envolve tanto o espaço físico como os recursos materiais e humanos da escola, tem forte influência no desempenho acadêmico.

O espaço físico escolar é onde o aprendizado acontece e deve estar em condições para atender as necessidades do educando em qualquer as atividades, tendo em vista que influenciará no processo de ensino e aprendizagem do aluno. O edifício escolar, como afirma Walden (2009), influencia o comportamento humano. Segundo o autor, a arquitetura atua sobre os indivíduos por meio da percepção dos sons, das cores e das formas, do sentir e cheirar, dos materiais e das superfícies, do

² Infraestrutura escolar, compreende, à princípio, salas de aula, laboratórios, biblioteca, salas de leitura, sala de recursos multifuncionais, auditório, sala de Educação Física, quadra de esportes, área verde, pátio coberto e descoberto, parque infantil, corredores, bebedouros fixos (de alvenaria), sanitários, cozinha, refeitório, cantina, estacionamento, sala de secretaria, sala dos professores, diretoria, despensa, almoxarifado, lavanderia, enfermaria. Faz parte ainda dessa composição, a planta hidráulica, a elétrica, de ventilação e de vedação (janelas e os vidros) e as construções de acessibilidade para os portadores de necessidades físicas, dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida.

calor e do frio, da sensação de equilíbrio e de movimento. Corroborando com essa ideia, Kowaltowski (2006) afirma que também estão relacionados com a questão de arquitetura do edifício o sentimento de segurança, a territorialidade e a privacidade.

No Brasil, a infraestrutura educacional é tema de pesquisas e foi citado, em julho de 2019 pelo senador Dario Berger que apresentou, em Plenário, os dados do censo escolar de 2018 (Brasil, 2019), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), alertando que “a realidade das infraestruturas das escolas brasileiras é frustrante e, além de comprometer a educação, exclui alunos da sociedade e os impossibilita de acreditar em um futuro melhor”, disse.

De acordo com o censo de 2018, o país tinha cerca de 181 mil escolas da rede pública. Dessas, cerca de 5% não tinham banheiro no prédio; 69% não tinham internet; 51% não tinham bibliotecas; e 42% não possuíam quadra de esportes. (Brasil, 2019)

Em seu discurso, o senador destacou:

“É inegável que a União precisa ajudar mais ainda os estados e municípios na educação básica porque é inadmissível, é inaceitável que, no Brasil, ainda hoje, nós tenhamos que conviver com esse retrato e com essa triste, amarga realidade. Estamos aqui com um gosto amargo pelo fracasso da educação brasileira, o que, diga-se de passagem, é muito lamentável [...]”

(AGÊNCIA, 2019)

Castro e Fletcher (1986) foram uns dos primeiros pesquisadores que discutiram sobre a infraestrutura nas escolas. Eles analisaram as condições materiais das escolas brasileiras para retratar a situação da rede física escolar, a disponibilidade de equipamentos necessários à atividade pedagógica e o funcionamento da escola. Colocaram a questão da eficiência e da eficácia dos gastos públicos com Educação e falaram da relevância da infraestrutura das escolas para o aprendizado dos alunos.

O Governo Federal investe em educação, inclusive em infraestrutura escolar, por meio de vários programas e projetos. Entre eles, está o Proinfância, instituído pela [Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007](#), que é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação. Este Programa visa a garantir o acesso de crianças a creches e escolas, bem como à melhoria da infraestrutura física da rede de Educação Infantil. O principal objetivo é prover a

assistência financeira para a construção e aparelhamento de escolas públicas das redes municipais e do Distrito Federal para atendimento a crianças de 0 a 5 anos. A seguir apresentamos um pouco mais sobre esse programa.

1.6. Sobre o Proinfância

O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de Educação Infantil. O programa se destina a municípios e Distrito Federal. Para ser contemplado, o interessado elabora o Plano de Ações Articuladas – PAR³ (Brasil, 2022).

A elaboração do Plano é realizada em três etapas: etapa preparatória e de diagnóstico da situação educacional local; etapa de planejamento, com a apresentação de demandas que foquem na melhoria dos indicadores educacionais, que é feita pelas entidades; e análise técnica e financeira dos planejamentos apresentados pelos entes federados, que é feita pelo MEC e FNDE, conforme disponibilidade orçamentária e financeira. Todas as etapas são realizadas diretamente no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do MEC (Simec), (Brasil, FNDE 2022).

Após, os municípios são pré-selecionados pelo Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento (CGPAC) (Brasil, 2023), de acordo com déficit comprovado de atendimento na educação infantil.

Para construção de escolas de educação infantil o FNDE disponibiliza diferentes tipos de projetos, cujos parâmetros técnicos deverão estar em consonância com as diretrizes da Secretaria de Educação Básica-SEB do MEC. Os municípios podem, inclusive, apresentar projetos próprios de escolas de educação infantil, desde

³ O PAR é um instrumento de planejamento da educação por um período de quatro anos. É um plano estratégico de caráter plurianual e multidimensional que possibilita a conversão dos esforços e das ações do Ministério da Educação, das Secretarias de Estado e Municípios, num SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. A elaboração do PAR é requisito necessário para o recebimento de assistência técnica e financeira do MEC/FNDE, de acordo com a Resolução/CD/FNDE nº 14 de 08 de junho de 2012.

que estejam coerentes com os parâmetros técnico-construtivos orientados e avaliados pelo FNDE.

O programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação:

1. Construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do FNDE, com projetos padronizados que são fornecidos pelo FNDE ou projetos próprios elaborados pelos proponentes;
2. Aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil.

No âmbito do Proinfância, entre 2007 e 2011, foram celebrados convênios entre o governo federal e os municípios para a construção de prédios escolares de educação infantil.

De acordo com o SIMEC, 4765 creches do Proinfância foram construídas, contudo, não existem dados consolidados sobre quantas dessas creches estão em funcionamento, nem tão pouco, qual o impacto social que as creches tiveram nas regiões atendidas. Não existem dados sobre a renda das famílias, as necessidades de intervenção médica ou a nutrição e desenvolvimento das crianças atendidas. O programa está em funcionamento, contudo, não existiu uma avaliação da situação social das famílias, nem antes, nem depois da implementação do programa. É possível encontrar esses dados dispersos em diversos atuariais, mas, considerando a dispersão, não é possível inferir que as informações variaram com impacto dessa política específica.

Seria fundamental que, considerando a abrangência e a complexidade da intervenção antes da implantação de uma política, houvesse uma análise e avaliação, para assim, ser possível aferir a efetividade dos investimentos, tanto para a academia quanto para sociedade. No subcapítulo, a seguir, trataremos desse tema com maior atenção.

1.7. Sobre a Avaliação dos Projetos e Programas

Oliveira e Passador, 2019, citando Vedung (2010) e Picciotto (2015) destacam que, estudos com abordagens experimentais, com uso de randomização (grupos controle e tratamento) ou quase experimentais, conseguem verificar os impactos causados pela política ou programa público. Complementarmente, Silveira et al.

(2013) retomam o conceito de avaliação que busca entender e conhecer as consequências de uma ação, bem como antecipar seus possíveis resultados. Derlien (2001 apud Oliveira e Passador, 2019) destaca que a avaliação nesse momento tem a função de legitimação: “acredita-se que a evidência científica justifica decisões políticas, seja para melhorar, reduzir ou eliminar os programas”.

Oliveira e Passador (2019) alertam para o fato de que a trajetória de evolução dos processos avaliativos no Brasil e no mundo facilita a compreensão de que não há um único método ou padrão definido na atualidade. Percebe-se a multiplicidade de abordagens e metodologias abrangendo um amplo leque de opções. Partindo do pressuposto de que as avaliações não são iguais, Cohen e Franco (2008) e Ramos e Schabbach (2012) sugerem a descrição das diferentes formas de avaliação segundo uma série de critérios, tais como: uso, tempo, objetivos, quem realiza, a quem se destina, qual é o desfecho esperado, dentre outros.

Segundo Faria (2005), pode-se apontar ao menos quatro tipos de uso para a avaliação: instrumental; conceitual; persuasivo; ou de esclarecimento. O uso instrumental remete à importância da qualidade e à adequada divulgação dos resultados alcançados, para tornar a avaliação algo palpável e factível de empregabilidade. Weiss (1998) acrescenta que o uso instrumental da avaliação pode orientar os decisores, pois possibilita uma retomada à história do programa analisado, fornece *feedback* aos praticantes da avaliação e confere destaque aos objetivos estabelecidos para o programa.

O segundo uso, denominado *conceitual*, é aplicado frequentemente aos que não têm contato direto com a formulação do programa (técnicos locais); trata-se, pois, de fornecer informações a respeito da política ou programa, apresentar sua natureza e operação, bem como introduzi-lo aos impactos e resultados conquistados Faria (2005). Pode-se afirmar que o principal objetivo do uso conceitual é a aprendizagem proporcionada aos atores.

Em continuidade, o terceiro uso, denominado *persuasivo*, descrito por Faria (2005, p. 103), “dá-se quando ela é utilizada para mobilizar o apoio para a posição que os tomadores de decisão já têm sobre as mudanças necessárias na política ou programa”. A avaliação, nesse momento, tem a função de legitimar as mudanças desejadas e conquistar novos apoiadores para esse movimento.

Por fim, o uso de esclarecimento é proposto como decorrente do acúmulo de conhecimento oriundo de várias avaliações já realizadas (Faria, 2005) e torna-se capaz de pautar a agenda governamental.

Quando se leva em conta o momento da realização, os estudos avaliativos diferenciam-se em *ex-ante* e *ex-post*. A avaliação *ex-ante* é realizada antes do começo de um programa com o fito de dar suporte às decisões de implementá-lo ou não. (Cotta, 2001; Cohen e Franco, 2008). Ramos e Schabbach (2012) afirmam que, nesse tipo de avaliação, gera-se um diagnóstico sobre a situação observada, contribuindo com a adequação dos recursos disponíveis aos objetivos propostos (verificação de viabilidade), também podendo servir como ferramenta de direção para a manutenção e/ou formulação das políticas ou programas. São ordenados vários projetos segundo sua eficiência para alcançar os objetivos determinados. Essa avaliação *ex-ante* subsidia a avaliação final do programa. Se for realizado um levantamento de tudo que estava acontecendo antes de implementação do programa, quando for realizada avaliação no final da execução, pode-se ter uma boa base de comparação, e, dessa forma, conhecer a efetividade do programa

A classificação *ex-post* indica que as avaliações são realizadas durante a execução de um projeto ou ao seu final. Quando a avaliação se refere ao momento intermediário (avaliação de processos), as conclusões podem basear decisões de continuidade ou descontinuidade de determinada política ou programa, Cotta (2001), Cohen e Franco (2000) Trevisan e Bellen (2008) e Ramos e Schabbach (2012).

Nesse ponto, precisamos entender as externalidades de um programa. Segundo Giacomo (2020), externalidades são definidas como eventos nos quais as ações de um agente econômico afetam outros agentes, impondo custos ou gerando benefícios sobre eles. Em um momento de escassez de recursos, é fundamental considerar todas as vantagens agregadas que um programa promove.

Vários estudos foram realizados no Brasil tendo como foco o programa Proinfância. Dentre os 59 analisados em nossa revisão de literatura (em anexo), percebemos uma real preocupação em avaliações quanto aos aspectos de implementação do programa, políticas públicas para educação infantil, ressignificação da política nos micros contextos, concepções e práticas pedagógicas, relação Proinfância/arquitetura escolar/espço físico.

A partir da análise desse material foi possível fazer um levantamento de alguns critérios para a elaboração de um modelo de avaliação para o programa.

2 OBJETIVO

Esse estudo pretendeu fazer um levantamento de critérios para construção de um modelo de avaliação de creches contempladas pelo programa Proinfância, a fim de ampliar e subsidiar decisões sobre o seu aperfeiçoamento, inclusive sobre sua continuidade ou não, tendo como foco principal a diminuição da desigualdade social como um todo.

Nesse sentido, tem-se como objetivo geral responder a seguinte pergunta: Tendo em vista os impactos sociais, econômicos e educacionais, quais critérios também poderiam ser considerados no momento da escolha dos entes beneficiados pelo programa Proinfância, com o objetivo de agregar valor público para as famílias e para a sociedade?

Na busca por essa compreensão buscaremos nessa pesquisa levantar os estudos realizados cujo tema seja o Proinfância, separando por assuntos a fim que identificar as diversas facetas do programa e, assim, poder parametrizar os critérios que também poderiam ser considerados no momento da escolha para os locais de construção das creches.

3 METODOLOGIA

O estudo, de acordo com Bernardes (2017), é de natureza pura ou básica, do tipo científico, abordagem qualitativa, fins explicativos e delineamentos descritivos de levantamento.

Isso significa que se preocupou com a produção de conhecimento para análise de problemas teóricos, apesar de almejar sua futura intervenção prática, fundamentada em conhecimentos científicos, na qual o pesquisador é reconhecido como principal instrumento de pesquisas, utilizando-se de dados descritivos e preocupado com o processo, muito mais do que com o produto. Foi, também, uma pesquisa com finalidade explicativa, uma vez que depois de analisado o fenômeno estudado, visou ampliar generalizações, estruturar modelos ou relacionar hipóteses. Nessa direção, utilizou-se de um delineamento de levantamento (survey) que busca identificar características de uma dada realidade e descrever os fenômenos (Bernardes, 2017).

O estudo consistiu, portanto, em identificar, verificar e apreciar os estudos científicos e documentos disponíveis, a fim de criar os critérios para construção de um modelo de avaliação de creches contempladas pelo Programa Proinfância.

Os documentos são quaisquer registros escritos que podem trazer informações para compreensão dos fatos e relações, ou seja, possibilitam conhecer o período histórico e social das ações e reconstruir os fatos e seus antecedentes, pois se constituem em manifestações registradas de aspectos da vida social de determinado grupo, Oliveira (2007).

Tal objetivo foi facilitado diante da massa de informações geradas no estudo, reconhecendo-se, no entanto, a partir de Godoy (1995), que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, mas permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a proporem trabalhos que explorem novos enfoques.

3.1 Instrumentos e Estratégias para Construção de Dados

As estratégias utilizadas para construção das informações apresentadas nesse estudo foram os levantamentos bibliográficos e documentais em busca efetuada no sítio da capes com a palavra Proinfância, a fim de identificar as

pesquisas sobre o assunto (CAPES, 2023).

<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>).

Foram encontrados 59 estudos, desses, a partir da leitura do objetivo geral da pesquisa fizemos uma separação por assuntos específicos de pesquisa, que foram:

1. a forma de implementação de políticas públicas, com foco no Proinfância – desafios e oportunidades, que classificamos como “avaliação”;
2. as metodologias construtivas – projeto básico – e a condições térmica que deveriam variar de acordo com a região, que classificamos pelo assunto: “engenharia”;
3. O impacto da política nas comunidades beneficiadas pelo programa, como, por exemplo, o acesso à educação, o cumprimento da legislação, a articulação de políticas que classificamos como “impacto”;
4. As questões pedagógicas, como a formação dos professores, importância do espaço-ambiente para o aprendizado, a oportunidade de incluir educação tecnológica, melhoria na qualidade de atendimentos às crianças, condições de trabalho, classificados como “pedagogia”; e
5. Outras pesquisas voltadas para outros temas - saúde, segurança, proteção à infância - que consideraram o programa Proinfância nas análises, que classificamos como “outros”.

Os estudos foram lidos e sintetizados e serão apresentados mais à frente, no capítulo de resultados.

3.2 Estratégias de Análise dos Dados

A discussão dos resultados, por sua vez, compreendeu conclusões do pesquisador à luz dos dados coletados e do que dizem os autores sobre o tema, objeto deste estudo. Para isso, utilizou-se as contribuições de Creswell (2007). Os dados, portanto, foram analisados seguindo os procedimentos abaixo:

- Leitura sistemática de cada um dos textos encontrados, com o objetivo de seleção e análise dos aspectos mais importantes de cada pesquisa.
- Categorização das informações em busca de definição dos temas fundamentais de cada artigo a fim de possibilitar a definição dos critérios, objetivos deste estudo;

- Descrição dos resultados sob a forma de tabela, para objetivar e facilitar a visualização das diferentes informações apresentadas.
- Triangulação de diferentes fontes de informações de dados, examinando as evidências das fontes e usando-as para criar uma justificativa coesa para o tema.

4 RESULTADOS

Neste capítulo apresentam-se os resultados do levantamento bibliográfico e documental organizado ao longo do estudo. Optou-se por organizá-los sob a forma de tabela que, além de facilitar a visualização desta ampla gama de informações, espelha um pouco da subjetividade sintética desta autora. Segue a tabela, construída por meio da ferramenta Excel.

Tabela 1 - Avaliação (continua)

AVALIAÇÃO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
1	Eye, Rudybert Barros Von. 2017 http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/880254	Proposta metodológica para o monitoramento do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância.	O objetivo deste trabalho é o de elaborar uma proposta de metodologia de monitoramento, baseada na identificação dos pontos críticos da execução das construções. Como resultado foi elaborada uma proposta de monitoramento com a utilização de índices ligados à frequência e à severidade das inconformidades.	Proinfância; monitoramento; avaliação.	Avaliação e monitoramento
2	Rezende, Leonardo Milhomem. 2013 http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/909729	Monitoramento e avaliação do Programa Nacional De Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância: uma proposta metodológica.	o objetivo do presente trabalho foi elaborar uma metodologia para monitoramento e avaliação do Proinfância que se baseou no mapeamento da etapa de implementação do programa e a detecção dos pontos críticos. Os dados demonstram que existem diversos pontos considerados problemáticos na implementação do programa,	Proinfância; monitoramento; avaliação.	Avaliação e monitoramento

AVALIAÇÃO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
			principalmente referente à atividade de execução onde é observada a maior parte dos problemas. Foram elencados e propostos 15 indicadores objetivando o monitoramento e subsídio à avaliação, com foco para os pontos críticos do Proinfância.		
3	Mattos, Clarice da Silva. 2014 https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/445	A Implementação do Proinfância em Juiz De Fora e seus desdobramentos.	O objetivo geral desta dissertação é analisar as dificuldades enfrentadas durante a implementação desta Programa por membros da Secretaria de Educação visando identificar possíveis falhas nesse contexto. Os resultados demonstram pouca articulação entre os membros da Secretaria de Educação e sujeitos sociais relevantes para o sucesso da política no município de Juiz de Fora, Desta forma este trabalho contribui como um instrumento de apoio e efetivação da implementação do programa, principalmente nos locais onde ocorrerão transferências de sede.	Educação Infantil; Políticas Públicas Educacionais; Proinfância; Implementação; Participação.	Política pública

AVALIAÇÃO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
4	Lopes, Thais Andrea Carvalho de Figueiredo. 2018 https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-04122018-173451/pt-br.php	O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a rede escolar pública de educação infantil - Proinfância: expansão da educação infantil com qualidade?	Essa pesquisa teve como objetivo analisar o funcionamento do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA, cuja finalidade é prestar assistência técnica e financeira aos municípios para a construção de creches e pré-escolas. Concluiu-se que seria necessário fortalecer os mecanismos de controle e fiscalização do programa para aumentar a execução e sanar os problemas encontrados nas construções das unidades educacionais de educação infantil, reconhecendo a importância de manter a assistência técnica, financeira e pedagógica aos municípios para que as crianças tenham o direito a espaços educacionais pensados, planejados e construídos para elas.	Educação Infantil, Direito à Educação, Política Educacional, Proinfância.	Avaliação e monitoramento

AVALIAÇÃO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
5	Cetroni, Thiago Aparecido. 2018 https://repositorio.unesp.br/items/ecafdf113-85a0-41a5-b269-b3bf72c28d85	Programa Proinfância: um estudo de caso na cidade de Monte Alto - SP.	Este estudo decorre da observação da realidade educacional da primeira infância no município de Monte Alto, no Estado de São Paulo. Por conclusão, há a proposição de ações para que futuras decisões sejam voltadas à universalização do atendimento educacional nos primeiros anos da criança, em especial, do programa Proinfância.	Programa Proinfância; Desenvolvimento social; Educação infantil; Políticas públicas.	Política pública
6	Ramos, Jorge Luiz Rocha. 2011 http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/948398	Implementação de programas federais e descentralização de políticas públicas: um estudo de casos no contexto do Proinfância.	A pesquisa tem o objetivo geral de entender como a descentralização de políticas públicas determinada pelo pacto federativo brasileiro, em um contexto de heterogeneidade das administrações subnacionais, afeta a implementação de programas governamentais formulados pela União. Considera-se que as principais contribuições do trabalho são: o ângulo a partir do qual a descentralização de políticas públicas no contexto brasileiro é avaliada, ou seja, seus impactos para a implementação de programas federais; a utilização de um modelo inédito para a análise do problema de	Implementação; Capacidades locais; Descentralização de políticas públicas.	Política pública

AVALIAÇÃO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
			pesquisa, que combina elementos da literatura sobre relações intraorganizacionais, sobre implementação e sobre capacidades locais; as evidências de que as burocracias locais têm papel central na implementação de programas federais, especialmente no que tange à adesão dos governos locais às iniciativas federais; evidências de que a disponibilidade de recursos, inclusive financeiros, pelos governos locais é condição necessária ao sucesso da implementação de programas federais em áreas de políticas descentralizadas, mesmo quando o governo federal arca com a quase totalidade dos custos do objeto a ser implementado; e, por fim, as evidências de que a condução de transições de governo organizadas é, também, um elemento constituinte da institucionalização das capacidades locais.		

AVALIAÇÃO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
7	Re, Talita Dal'Bosco. 2020 http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/898998	Gerenciamento da qualidade no processo de monitoramento de obras públicas: uma proposta metodológica para as obras do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.	O principal objetivo desta pesquisa foi empegar o gerenciamento da qualidade no desenvolvimento de uma proposta metodológica para a melhoria no processo de monitoramento de obras públicas. Como resultado do trabalho, obtém-se um novo fluxo para o processo de monitoramento de obra composto de procedimentos internos, rotinas de trabalho e ferramentas de coletas. A metodologia proposta foi aplicada a 15 obras e os resultados analisados.	Gerenciamento da qualidade; Gestão por processos; Monitoramento de obras; Proinfância; Mapeamento de processos; Obras públicas.	Avaliação e monitoramento
8	Almeida, Mariana Barbosa Carlos de. 2018 https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/25664	Uma análise da implantação e da funcionalidade dos projetos padrão do FNDE: a experiência das escolas infantis tipo "B" do Proinfância em Natal/RN.	a pesquisa busca compreender a implantação dos projetos padrão das escolas infantis do FNDE e a adequação desse espaço construído no contexto da cidade de Natal/RN. Os resultados das análises demonstram que o projeto precisa de revisões em diversos aspectos para melhorar seu desempenho, principalmente, no programa de necessidades, nos dimensionamentos de diversos ambientes, no conforto ambiental em geral, na	Arquitetura escolar; Análise projetual; Escolas infantis; Projeto padrão.	Avaliação e monitoramento

AVALIAÇÃO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
			valorização das áreas externas, entre outras questões. Além disso, os espaços projetados precisam de maior flexibilidade para alterações de layout e de usos.		
9	Pacífico, Juracy Machado; Freitas, Sirley Leite; Matos, Natasha Souza. 2017 https://doi.org/10.21723/riaee.v12.n1.8235	Proinfância e escolas de educação infantil: um estudo sobre implantação em estado da Região Norte	Este artigo teve como objetivo analisar o atendimento à creche pela via da implantação do Programa Proinfância em Rondônia. Os estudos realizados e os documentos analisados apontam para o fato de que as crianças necessitam de espaços bem planejados e equipados para que possam desenvolver adequadamente todas as suas potencialidades. Os resultados evidenciam que, dos 52 municípios de Rondônia, somente oito fizeram adesão ao Programa Proinfância e que, mesmo assim, não há como se afirmar que até o ano de 2015 esse programa tenha representado algum impacto no número de matrículas.	Educação Infantil; Infraestrutura; Proinfância.	Política pública

AVALIAÇÃO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
10	Ramos, Maria Elizabete Gomes. 2021 https://sigaa.ufpe.br/sigaa/public/programa/noticias_desc.jsf?lc=pt_BR&id=891&noticia=454462	O Financiamento da Educação Infantil na Rede Municipal de Recife: um olhar a partir do programa Proinfância.	Objetivamos registrar as alterações no marco legal do financiamento da educação infantil no Brasil; investigar a evolução das matrículas e condições do atendimento na rede escolar do Recife; e ainda identificar o volume de investimentos do Programa Proinfância no país e no município. Concluimos que o programa, em todo o país como em Recife, disponibilizou um volume expressivo de recursos para a construção de unidades, mas sua execução orçamentária demonstra muitos problemas na implementação, onde destacamos o desenho e a gestão geral do programa e o monitoramento dos projetos, tanto pelos municípios quanto pelo FNDE/MEC. Estes problemas resultaram num baixo número de unidades concluídas e em funcionamento, em Recife e em todo o país.	Educação Infantil; Financiamento da Educação Infantil; Fundeb; Proinfância; Recife.	Política pública

AVALIAÇÃO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
11	Martins, Jéssica Nascimento. 2019 https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19642?locale=pt_BR	Educação infantil e infraestrutura: uma análise do Programa Proinfância no município de João Pessoa (PB).	A pesquisa objetiva analisar o Programa Proinfância e os seus desdobramentos, enquanto política pública de infraestrutura e acesso, e o processo de implantação do Programa na Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino do Município de João Pessoa (PB). Os dados pesquisados revelam avanços e retrocessos frente à efetivação dessa política de infraestrutura, pois ao mesmo tempo em que a expansão educacional passa a ser uma realidade a partir das creches construídas, os retrocessos podem ser vistos a partir dos dados que quantificam o número de obras que foram canceladas e paralisadas no município, as quais representam um quantitativo superior às obras que foram concretizadas.	Educação Infantil; Infraestrutura; Espaços Físicos; Pedagogia Histórico-crítica.	Política pública

AVALIAÇÃO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
12	Oliveira, Adriana de Medeiros. 2020 https://www.repositorio.ufop.br/items/b2b3dd96-f16a-4e27-a468-f46bfd0309e0	Cooperação federativa e desigualdades educacionais: uma análise do Proinfância no Estado de Minas Gerais.	O objetivo do estudo foi examinar se as relações intergovernamentais entre a União e municípios têm potencial de reduzir as desigualdades educacionais na etapa creche, expressos em termos de medida de acesso, tomando como objeto de análise o Proinfância. Foi possível afirmar que o Programa reduziu as desigualdades de acesso, nas seguintes perspectivas: i) Relação do Proinfância com a variação positiva do número de matrículas; ii) Relação do Proinfância com a variação positiva do número de escolas; iii) Dos 364 municípios que concluíram convênios com o governo federal no período 2009 a 2018, 269 municípios só iniciaram o atendimento a creche em função da parceria com o Proinfância, sendo que destes 167 municípios permanecem com atendimento à creche exclusivamente por meio de unidades escolares do Proinfância.	Política Educacional; Educação Infantil; Desigualdades Educacionais.	Política pública

Fonte: Autora

Tabela 2 – Engenharia (continua)

ENGENHARIA					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
1	Rodrigues, Cristiana. 2019 https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8707763	Avaliação de desempenho térmico e energético de instituições padrão Proinfância no norte do Rio Grande do Sul.	Esta dissertação tem como objetivo geral a avaliação do desempenho térmico e energético de escolas padrão Proinfância na zona bioclimática. Os dados e análises resultantes desta pesquisa possibilitaram a elaboração de recomendações para a implantação de novas escolas, buscando complementar os requisitos de desempenho térmico e energético existentes e, assim, proporcionar aos usuários uma melhor condição de habitabilidade.	Proinfância; Desempenho Térmico; RTQ-C; LEED.	Diversidade bioclimática
2	Nunes, Ana Maria Laurindo André. 2020 https://www.repositorio.ufal.br/handle/ruiufal/7329	Análise do desempenho térmico de creche do Programa Proinfância: estudo de caso no clima semiárido de Arapiraca-AL	Neste sentido, este trabalho visa analisar o desempenho térmico de uma destas unidades, frente ao clima semiárido da cidade de Arapiraca-AL. Assim, tornou-se evidente a necessidade de intervenções que favoreçam à diminuição das temperaturas internas dos ambientes, ao passo que se constatou potencial para uso de estratégias bioclimáticas que podem ser adequadas à edificação.	Arquitetura escolar; Conforto térmico; Projeto padrão; Proinfância	Diversidade bioclimática

ENGENHARIA					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
3	Monteiro, Rosana Iribarrem. 2017 https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/col eta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5277393	Políticas Públicas de Educação Infantil, o Modelo Proinfância e os Parâmetros Nacionais de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil: Avançamos.	Esta pesquisa bibliográfica, qualitativa, teve como objetivo analisar uma Política Pública de Educação Infantil – o modelo Proinfância – relacionando este modelo, com os indicadores dos Parâmetros Nacionais de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil, a fim de entender até que ponto avançamos em qualidade para um espaço escolar através de um projeto arquitetônico padronizado de escolas para todo o Brasil. Percebemos ainda, um constante estudo e pesquisas, resultantes em Políticas Públicas que promovem o investimento nas tecnologias construtivas, a fim de conceber uma arquitetura sustentável e energeticamente, contudo, estes avanços não estão contemplados nos projetos modelo Proinfância.	Educação Infantil; Arquitetura Escolar; Proinfância; Políticas Públicas.	Projeto básico

ENGENHARIA					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
4	Rezende, Larissa de. 2021 https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11484159	Projeto Padrão e Inovação Tecnológica: estudo da utilização do sistema construtivo "Wall System" em duas escolas do Programa Proinfância no Rio Grande do Sul.	A temática desta pesquisa engloba o "projeto de arquitetura escolar" e "tecnologias construtivas", e teve como objeto de estudo o Projeto Padrão FNDE "Tipo B" em sistema construtivo Wall System, implementadas em Passo Fundo / RS e Canoas / RS. Os resultados investigativos dos estudos de caso apresentam duas situações uma de obra concluída no prazo estabelecido e outra de obra em situação de paralisada.	Arquitetura Escolar; Projeto Padrão; Tecnologias Construtivas; Proinfância; Wall System.	Projeto básico
5	Sartori, Gabriela. 2019 https://lume.ufrgs.br/handle/10183/212978	Avaliação do impacto da orientação solar no conforto e no desempenho térmico de projeto padrão de pré-escola do Programa Proinfância nas zonas climáticas brasileiras.	Assim, este estudo analisou a influência da orientação solar no conforto térmico dos usuários e no desempenho térmico da edificação proporcionado pelo projeto padrão Tipo 2 do Programa Proinfância em todas as zonas bioclimáticas brasileiras estabelecidas de acordo com a NBR 15.220-3 (ABNT, 2005). Os resultados de conforto térmico se mostraram mais sensíveis à orientação solar da edificação que os resultados de desempenho térmico. Os resultados de desempenho	orientação solar; Programa Proinfância; conforto térmico; desempenho térmico	Diversidade bioclimática

ENGENHARIA					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
			térmico tiveram poucas variações nas classificações e apontam resultados qualitativos, enquanto os resultados de conforto térmico apresentam variações quantitativas, gerando indicações e recomendações de implantação mais claras quanto à orientação solar.		
6	Spagnuolo, Augusto Yuji Nojima. 2019 https://repositorio.unesp.br/items/b9a90581-d3ed-4d6f-9084-325b888a5741	Projeto Padrão e Conforto Térmico: Estudo de Caso nas Creches Proinfância Tipo B'.	Este trabalho tem como objetivo avaliar o comportamento térmico de projetos padrão de alcance nacional nas 8 Zonas Bioclimáticas brasileiras. O resultado apresentado é a síntese da avaliação do conforto térmico dos ambientes educacionais do edifício original e o impacto da utilização das estratégias bioclimáticas de forma individual e combinada. Sem o devido cuidado para aclimação às localidades, a adoção de projetos padrão é inadequada, podendo prejudicar os usuários e o desenvolvimento das atividades.	conforto ambiental; arquitetura escolar; arquitetura bioclimática; simulação térmica	Diversidade bioclimática

ENGENHARIA					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
7	Araujo, Mayna Lais Tenorio de. 2019 https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215127	Avaliação de Desempenho Térmico em Creche do Programa Proinfância em Diferentes Zonas Bioclimáticas Brasileiras.	a presente pesquisa tem como objetivo avaliar o impacto que diferentes configurações de paredes e coberturas podem oferecer às condições térmicas das salas de aula do projeto padrão Tipo B do programa Proinfância nas oito Zonas Bioclimáticas Brasileiras (ZBB). Portanto, a depender do contexto climático, um CMEI com a mesma configuração de paredes e cobertura, pode apresentar variações no percentual de horas ocupadas em desconforto de até 77 pontos percentuais e de até 97% no somatório anual de graus-hora em desconforto (modelo com paredes em Light Steel Frame e cobertura isolada-com melhor desempenho em Florianópolis e o pior em Teresina). Assim, ao indicar o desempenho alcançado pelos diferentes modelos torna-se possível identificar as tipologias construtivas mais adequadas a cada zona bioclimática do país.	Desempenho térmico; Projeto Padrão; Simulação Computacional.	Diversidade bioclimática

ENGENHARIA					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
8	Péres, Ana Paula Flores. 2021 https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23416	Sistemas Construtivos Inovadores – SCI em obras públicas: estudo da implementação do programa Proinfância no Brasil.	Este estudo tem como objetivo geral estruturar uma proposta de gestão das obras que estão paralisadas e que utilizam a tecnologia de materiais compósitos – Wall System. Verificou-se, através da compreensão do Protocolo estudado, que fatores internos e externos influenciaram nas variáveis estudadas, que traduzidas em desafios a serem vencidos pela Administração Pública, resultaram em uma sequência de atividades a serem implementadas.	Proinfância; Sistemas Construtivos Inovadores (SCI); Protocolo 5C; Gestão organizacional; Governança pública.	Projeto básico

Fonte: Autora

Tabela 3 - Impacto (continua)

IMPACTO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
1	Pires, Ângela Maria Barbosa. 2017 https://repositorio.ufcat.edu.br/items/f5d5943f-be29-4959-a33f-e69d2b14aca5/full	O Proinfância como política de acesso à educação infantil nas cidades do sudeste goiano.	este trabalho se propõe a analisar o acesso à educação infantil em seis cidades do Sudeste Goiano, a partir da implementação do referido programa. Busca-se compreender quais as contribuições do Proinfância enquanto política voltada para o acesso à educação infantil no Sudeste Goiano. A partir da análise documental e de dados relativos à	Educação infantil; Políticas públicas; Proinfância.	Acesso à educação

IMPACTO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
			matrícula levantados nos órgãos oficiais, percebe-se que, embora o Proinfância seja um programa de abrangência nacional, e que recebe significativo aporte financeiro, sua ação não se mostra tão efetiva quanto poderia para minorar o déficit do atendimento da educação infantil.		
2	Costa, Sandro Coelho. 2015 https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A8JPQ6	Programa Proinfância: Considerações sobre os Efeitos nas Políticas Municipais de Educação Infantil.	Essa pesquisa investigou as políticas municipais de Educação Infantil em três Municípios da RMBH bem como os efeitos causados pelo Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância. Mostra-se que as políticas públicas demandam articulação eficiente entre os entes federados e mecanismos mais explícitos que regulem essa articulação. Assim, mesmo sendo uma iniciativa de grande abrangência nacional, envolvendo aporte de recursos financeiros relevantes, o Proinfância necessita de aportes técnicos complementares no âmbito dos	Proinfância; Políticas públicas; Educação Infantil.	Articulação das políticas públicas

IMPACTO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
			Municípios para que as políticas de Educação Infantil possam responder satisfatoriamente à demanda e o estatuto da obrigatoriedade, quantitativa e qualitativamente.		
3	Milhomem, Camila Lima. 2021 https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/952783	A Gestão de Riscos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública De Educação Infantil – Proinfância.	O objetivo desta pesquisa foi de investigar as etapas do gerenciamento de risco na gestão pública educacional e, mais especificamente, identificar os riscos do Programa Proinfância em todas as suas etapas (entre os anos de 2007 a 2019) classificando-os quanto a probabilidade de ocorrência e o seu impacto, além de analisar a percepção dos riscos do ponto de vista dos atores envolvidos. A conclusão deste trabalho é que, com a adoção de um processo de gestão de riscos, é possível tomar decisões que possam impactar positivamente na conclusão das obras do Proinfância,	risco; Proinfância; gestão; público.	Implementação do programa

IMPACTO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
			alcançando a sua finalidade.		
4	Oliveira, Vania Dias. 2013 http://repositorio.furg.br/handle/1/6894	Aproximações do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil no processo de ampliação da educação infantil no município do Rio Grande a partir do Proinfância'	analisar a legislação da Educação Infantil e o Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, a fim de possibilitar a compreensão da proposta da cidade do Rio Grande para a ampliação da Educação Infantil, a partir do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância. Foi possível compreender as aproximações do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, pois se unem na busca de uma educação de qualidade, pautada no diálogo e por	Proinfância; – Educação Infantil; – Educação Ambiental.	Articulação das políticas públicas

IMPACTO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
			princípios éticos, políticos e estéticos, considerando a relação da cidadania e sustentabilidade como fundamentais nos processos de efetivação das políticas públicas para a Educação Infantil.		
5	Garcia, Wagner Silvestre de Oliveira Albiol. 2014 https://biblioteca.uems.br/publicos/download/96538	Políticas públicas para a educação infantil na cidade de Chapadão do Sul: estudo de caso do Programa Proinfância.	A pesquisa procurou analisar o processo de implementação e implantação do Programa Proinfância – Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – na unidade de educação infantil Cei Sibipiruna, na cidade de Chapadão do Sul em Mato Grosso do Sul. A pesquisa traz como conclusão que o Programa Proinfância em Chapadão do Sul atende as necessidades básicas das crianças e da comunidade escolar, necessitando de um avanço coletivo na construção de uma	Proinfância; Chapadão do Sul; Qualidade.	Implementação do programa

IMPACTO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
			proposta que vise a qualidade social.		
6	Carvalho, Leila Lobo de. 2019 https://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2019/06/LEILA-L%C3%94BO-DE-CARVALHO.pdf	Da Estrutura Física à Organização Pedagógica: O Potencial Transformador do Proinfância.	Esta pesquisa tem o objetivo de avaliar os efeitos da implementação do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) na Educação Infantil em um município do Sertão Produtivo, no estado da Bahia. A pesquisa concluiu que no cenário municipal analisado as unidades do Proinfância podem tornar se centros de referência em Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, inclusive com a possibilidade para tornarem-se espaços privilegiado de formação dos estudantes dos cursos de licenciatura em Pedagogia através do estabelecimento de parceria com a universidade e dessa, em contrapartida, atuando como mediadora da	Proinfância; Política Pública de Educação; Educação Infantil.	Implementação do programa

IMPACTO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
			Educação Básica com criação de grupo de estudos e, conseqüentemente, da formação continuada aos professores das unidades do Proinfância		
7	Siqueira, Patricia Gomes de. 2019 https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/6133	O Proinfância em Penedo: uma avaliação sobre a ressonância do programa na educação infantil do município.	O presente estudo teve o objetivo de avaliar a ressonância do programa Proinfância no processo de ampliação da oferta de vagas e melhoria da qualidade do atendimento da Educação Infantil por meio de estudo de caso em Penedo - Alagoas. Os resultados fomentaram delinear indicadores de qualidade para a educação infantil local com o intento de (re)estruturação dos processos pedagógicos e (re)definição de práticas de qualidade concernentes à realidade local.	Educação Infantil; Proinfância; Políticas Públicas	Acesso à educação

IMPACTO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
8	Araujo, Viviam Carvalho de. 2019 http://200.130.0.112/bdtd/Record/UFJF_a66fbd5cf8269f4b8e059aed69b1ab6f	O Programa Proinfância e seus desdobramentos: o caso do município de Juiz de Fora/MG.	teve como objetivo compreender o processo de implementação do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) no município de Juiz de Fora/MG. Os resultados indicaram que, embora o Proinfância tenha levado à expansão das vagas e melhorias na infraestrutura das creches, ele também revelou um enfraquecimento da política municipal de Educação Infantil, através de um dualismo entre creche e pré-escola, ao estabelecer uma política de conveniamento para a gestão das creches via terceiro setor. Com isso, ocorre um aprofundamento da precarização do trabalho docente.	Políticas de Educação Infantil; Creche; Programa Proinfância.	Articulação das políticas públicas

IMPACTO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
9	Melo, Francymonni Yasmim Marques de. 2020 https://repositorio.ufrn.br/items/5d9f9253-9932-4c09-a7f0-8b0c19e224d7	Existem Princípios de Justiça Equitativa na Educação? Um Estudo de Programas Educacionais Executados Pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.	objetivo: analisar o desenho institucional de um conjunto de programas executados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), bem como explorar a relação entre a formulação e a implementação de um programa específico, o Proinfância, no município de Natal, visando verificar como os princípios mobilizados no desenho institucional se refletem ou não na execução desta política. foi possível identificar desafios, em que os principais gargalos de implementação apontados por gestores foram: as dificuldades de construção das creches, a forma problemática de transferência de recursos, o recorrente problema da falta de terrenos públicos adequados ao projeto e com comprovação da dominialidade e a baixa capacidade técnica-burocrática dos municípios. Contudo, percebeu-se que, apesar dos fatores supracitados, a implementação do programa conseguiu atender ao princípio de justiça equitativo desenhado na formulação e que as	Princípios de justiça e equidade; Programas educacionais; FNDE; Formulação; Implementação; Proinfância.	acesso à educação

IMPACTO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
			Creches foram construídas, inclusive em uma área de conjuntos habitacionais, evidenciando, portanto, o critério de priorização de famílias em locais de maior situação de vulnerabilidade.		
10	Brasil, Maria Ghislenny de Paiva. 2016 https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/10409	Espaço(s) na educação infantil: entre políticas e práticas	esta pesquisa analisa como é ressignificada a política nacional de edificação dos espaços (Proinfância) no cotidiano de uma sala do berçário numa creche municipal. O estudo constatou que há tensões entre o texto das políticas e suas redefinições no contexto da prática. Os resultados indicam que as intervenções através de ações co-construídas com as profissionais do campo possibilitam ressignificações nos arranjos espaciais, visando à qualidade	Arranjo Espacial; Proinfância; Ciclo de Políticas; Educação Infantil.	Implementação do programa

IMPACTO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
			do trabalho cotidiano com as crianças		
11	Sathres, Silviani Monteiro. 2014 https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS_M_fe9c82f7ac9a1620d9e1770fbb179046	Quem Vai? Quem Fica? E O Que Vamos Fazer Lá?" Interloquções Sobre A Educação Infantil e o Programa Proinfância em um Município da Região Central do RS.	O objetivo principal foi investigar os desafios e os impactos da implementação do Proinfância em um município da Região Central do RS, contextualizando este Programa na política de qualidade do atendimento à criança pequena a partir da perspectiva da gestão municipal e dos profissionais que atuam na gestão da escola. Reafirmamos que um grande desafio do município é o cumprimento das metas para o atendimento da população infantil, sobretudo no segmento creche. Contudo, o impacto do Programa Proinfância no município de Restinga Sêca é positivo, tanto na abertura de novas vagas na EI, quanto na proposição de um atendimento com qualidade às crianças pequenas.	Educação infantil; Políticas Públicas Educacionais; Programa Proinfância; Gestão da qualidade.	Implementação do programa
12	Carvalho, Daria Aparecida de. 2017 https://mestradoeducacao.jatai.ufg.br/p/22489-daria-aparecida-de-jesus-carvalho?locale=es	Educação Infantil: Análise das Políticas Públicas no Município de Caiapônia (2013 – 2016).	A nossa intenção de pesquisa nos permitiu refletir sobre políticas públicas educacionais, sobretudo aquelas destinadas à Educação Infantil a partir da Constituição Federal de 1988 e do contexto político no qual surgiram e se	Educação Infantil; Políticas de Educação Infantil; Proinfância.	Acesso à educação

IMPACTO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
			materializaram; analisar historicamente a Educação Infantil no Brasil; fazer um levantamento de como as dimensões previstas nos documentos oficiais têm sido desenvolvidas nas escolas infantis de Caiapônia; e compreender se e como essas políticas se materializam na prática cotidiana das instituições do município, em especial o Proinfância. Os resultados revelam que garantir educação de qualidade à faixa etária 0–5 anos e fazer as políticas públicas nacionais chegar às instituições e ser compreendidas como uma conquista importante da Educação Infantil a fim de possibilitar que as profissionais as confrontem com sua interface municipal, pois se nota assistencialismo nos documentos educacionais de Caiapônia.		
13	Martins, Claudia Miranda Drumond. 2016 https://locus.ufv.br/server/api/core/bitstreams/3b4ec7fc-0b7c-4462-8173-c74970681e66/content	Implementação do Programa Proinfância no Estado do Tocantins.	A pesquisa possui como centralidade a compreensão do processo de implementação do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar	Educação Infantil - Tocantins; Políticas Públicas.	Acesso à educação

IMPACTO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
			Pública de Educação Infantil – Proinfância, no Estado do Tocantins, Brasil, e identificação dos fatores que facilitaram ou impediram o alcance dos objetivos do referido Programa no Estado. Acredita-se que o Proinfância pode fortalecer ações que priorizam o desenvolvimento integral das crianças, ao construir espaços adequados para essa fase do crescimento e desenvolvimento humano com a ampliação do acesso as creches e pré-escolas. No entanto, é preciso considerar as diferenças entre o desenho e a idealização do Programa e sua implementação conforme cada realidade e a assimetria de interesse e exercício de poder, que também precisam ser consideradas, como pôde ser observado em Tocantins.		

IMPACTO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
14	Almeida, Riezo Silva. 2018 https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6974100	Política pública e educação infantil: um estudo sobre a implantação do Programa PROINFÂNCIA em Brasília.	É seu objetivo geral analisar a implantação do PROINFÂNCIA na Capital, como política pública de educação infantil, no período de 2007 a 2017. Esta pesquisa traz importantes elementos que, por um lado, dão ênfase de que a política educacional nacional por meio deste programa foi promotora da educação infantil em Brasília, mas não caminha na direção do equilíbrio da oferta e da demanda das matrículas e do atingimento do marco regulatório da Capital.	Política de Educação Infantil; Implantação de política pública; Programa federal PROINFÂNCIA.	Implementação do programa
15	Barradas, Leilane Mendes. 2020 https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/941411	O Proinfância e a Meta 1 do PNE: políticas públicas em direções contrárias.	presente pesquisa avalia a contribuição do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância para o alcance da Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE, que está relacionada à universalização do atendimento para crianças de 4 e 5 anos e com a ampliação da oferta para crianças de 0 a 3 anos. Os resultados encontrados indicam que o	Proinfância; Educação Infantil; PNE; Infraestrutura da Educação Infantil.	Implementação do programa

IMPACTO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
			Proinfância contribui para a abertura de novas vagas na Educação Infantil, demonstrando que os municípios beneficiados por esta política pública obtiveram um incremento de matrículas, em média, de 4,7 pontos percentuais a mais que aqueles que não possuem unidades do Proinfância concluídas. Constatou-se também, a partir da análise do indicador relacionado ao Índice de Vulnerabilidade Social – IVS, que o Proinfância também possui impacto positivo tanto nos municípios mais quanto nos menos vulneráveis.		

IMPACTO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
16	Gomes, Rosane Monteiro. 2013 https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=108470	O Lugar da Família na Creche: os desafios na institucionalização da infância.	a pesquisa estuda como as estratégias políticas municipais têm se organizado para atender a demanda de vagas, além de acompanhar o momento de ingresso das crianças novas nas creches, em vista a estudar o processo de transição da casa para o novo campo social que é a instituição. Pelas análises dos discursos das famílias, tanto nas entrevistas coletivas quanto nas observações realizadas, levanto alguns aspectos relevantes a serem apontados: (1) os responsáveis consideram a instituição creche como o primeiro acesso da criança à convivência com seus pares, e creditam na equipe, a responsabilidade do desenvolvimento de seus filhos. Muitos comentaram que nos lares, suas crianças não tinham convivência com outras crianças. (2) O acesso à creche oportuniza a família a aquisição de direitos sociais e ampliação de repertório cultural.	Transição; institucionalização da infância na Educação Infantil.	Acesso à educação

IMPACTO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
17	Siles, Roselea Pereira da Silva. 2013 https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=153550	Crianças aguardem na fila: estratégias de ofertas de vagas em creches na rede pública municipal de São Gonçalo	Objetivamos então, analisar as ações estratégicas que o município de São Gonçalo – RJ realizou no período de 2009 a 2012 para propor a oferta de vagas de 0 a 3 anos em creches públicas e como pano de fundo o Proinfância, uma política do governo federal adotada pelo município de São Gonçalo, cuja implementação dependerá dos trâmites e da forma com que este município se apropriará da mesma, podendo ou não servir para que o mesmo amplie o atendimento de 0 a 3 anos em sua rede pública de ensino Com base nos dados colhidos podemos afirmar que a Educação Infantil de São Gonçalo, no período de 2009 a 2012 pouco avançou com ações que promovessem o cidadão de direito e sujeito da Educação Infantil, sobretudo de 0 a 3 anos.	Sujeito de direito; Educação Infantil pública de qualidade; Creches.	Acesso à educação

IMPACTO					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
18	Korzekwa, Júlio. 2020 https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/211434/001114971.pdf?sequence=1&isAllowed=y	Análise do Processo de Implementação das Ofertas de Vagas dos Campi de Gravataí, Lajeado e Sapiranga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense.	A pesquisa analisou o processo de implementação dos <i>campi</i> da terceira fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Instituto Federal de Educação Sul-rio-grandense, levando em consideração a oferta de vagas das unidades pesquisadas em relação ao previsto pela política pública. Enfoca na oferta de vagas para o ensino, nos diversos segmentos, inclusive, infantil	Políticas Públicas; Implementação; Burocracia de Médio Escalão.	Acesso à educação

Fonte: Autora

Tabela 4 - Pedagogia (continua)

PEDAGOGIA					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
1	Vieira, Daniele Marques. 2016 https://educapes.capes.gov.br/handle/1884/43794	Imagens da Experiência Educativa de Professores da Educação Infantil no Espaço-Ambiente do Proinfância.	A pesquisa consistiu em compreender como o saber da experiência educativa incide na reflexão sobre o espaço-ambiente da educação infantil. Conclui que a organização do espaço-ambiente da educação infantil se conforma como uma trama de relações e que o saber da experiência educativa incide na reflexão sobre o espaço-ambiente por meio da experiência estética.	Experiência Educativa; Espaço-ambiente; Educação Infantil; Proinfância.	espaço-ambiente
2	Donati, Julia Bustamante. 2021 https://www.univas.edu.br/Egressos_Web/%7B4162782E-43CF-4848-A4FD-DFC442EDE93B%7D.pdf	Produção do Espaço Escolar e suas Relações com as Políticas Públicas para Educação Infantil: foco no Programa Proinfância.	O objetivo geral foi identificar as estratégias de organização que os Sistemas de Ensino e a Secretaria Municipal de Educação vêm desenvolvendo para atender às crianças este público no âmbito das unidades do Proinfância, apontando fatores que interferem na construção dos espaços escolares, no que se referem ao desenvolvimento e construção de um ambiente físico que propicie condições adequadas e compatíveis com os processos educacionais. Constata-se o Proinfância tem permitido atender a um maior índice de crianças dessa	Educação Infantil; Infraestrutura; Política Pública; Proinfância	Melhoria da qualidade

PEDAGOGIA					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
			primeira etapa da educação, com repercussões positivas no segmento posterior (ensino fundamental I), pode-se considerar o valor positivo do programa na garantia do direito à educação, no desenvolvimento social e na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.		
3	Klosinski, Daniele Vanessa. 2016 https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/692	Uma Avaliação da Implementação do Programa Proinfância em Erechim: A Política dos Espaços Escolares.	A temática que moveu este estudo apresentou-se por meio das Políticas Públicas Educacionais para a Educação Infantil e o Espaço Escolar, com o foco voltado para o Programa Proinfância, um Programa de Governo que objetiva a construção de unidades escolares de Educação Infantil através de um projeto padrão, assim como disponibilizar equipamentos e mobiliários para essas unidades. afirma-se, com certeza, que esse Programa é o primeiro passo da construção de uma Política de espaços escolares para a Educação Infantil, que muito se precisa avançar e que esta pesquisa vem como um dos suportes para repensar e reestruturar o	Educação Infantil; Espaços Escolares; Políticas Públicas; Proinfância.	espaço-ambiente

PEDAGOGIA					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
			Programa, visando oferecer aos elaboradores e formuladores de Políticas e Programas Sociais apontamentos que qualifiquem o processo da Educação Pública no Brasil.		
4	Endlich, Andrea Relva da Fonte Goncalves. 2017 https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/17197	Ambientes para a Educação Infantil: o Proinfância em Quatis.	As questões que norteiam o estudo proposto são: i) Qual o impacto da edificação do Proinfância na realidade educacional do município de Quatis? ii) Como o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) é percebido pelas famílias, professores e auxiliares de educação infantil? iii) Quais os principais desejos e necessidades dos familiares e profissionais frente ao tema da pesquisa? iv) Quais aproximações mostraram-se presentes entre os enunciados dos profissionais e dos familiares? Os resultados da análise apontam : valorização do conjunto da edificação; percepção da fachada como referência identitária; distância do centro da cidade, paisagem bucólica; valorização dos brinquedos e do brincar; sinalização	Proinfância; Creche; Ambientes; Avaliação Pós-Ocupação.	espaço-ambiente

PEDAGOGIA					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
			da necessidade de aquisição de mais brinquedos e brincadeira em maior quantidade, inclusive para os solários; insegurança em relação ao anfiteatro; sentimento de pertença ao CMEI; ausência de transporte coletivo na cidade; necessidade de forro e fechamento nas extremidades do telhado do pátio coberto; implementação de um auditório; espaços que necessitam reforma na edificação e incremento de recursos pedagógicos, envolvendo livros adequados para a faixa etária, de formação pedagógica e material de consumo para as atividades cotidianas.		

PEDAGOGIA					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
5	Santana, Marcia Lacerda Santos. 2018 https://www.bibliotecaa.uesc.br/pergamumweb/vinculos/201620421D.pdf	Proinfância: Relações entre os Espaços Físicos e a Prática Pedagógica dos Professores.	Buscou responder se a diversidade dos espaços físicos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) possibilitou mudanças na organização da prática pedagógica de professoras. Tendo como objetivo geral dialogar sobre a utilização dos espaços físicos do Proinfância na organização da prática pedagógica dos professores. Como parte do resultado da pesquisa, o produto foi compartilhar as discussões, dúvidas e sugestões emergidas durante o percurso dos diálogos sobre a interface existente entre os espaços físicos e a prática pedagógica das professoras na esperança de lançar uma outra perspectiva sobre a utilização dos espaços e trazer novas reflexões sobre as práticas e os espaços em uso na pedagogia da Educação Infantil na atualidade.	Espaço Físico; Proinfância; Prática Pedagógica na Educação Infantil.	espaço-ambiente

PEDAGOGIA					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
6	Silva, Nelcir Francisca da. 2020 https://tedeabc.ufma.br/jspui/handle/tede/4069	Repercussões da Formação de Professores (s) no Contexto de Uma Creche do Programa Proinfância do Município De São Jose de Ribamar.	A pesquisa, origem desta Dissertação, teve como objetivo compreender as contribuições da formação do (as) professores (as) para o trabalho que realizam em creches e pré-escolas construídas sob o modelo do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância). Como resultado, mostram a imprescindível necessidade de políticas públicas orientadas para as formações continuadas, para que as professoras desenvolvam um trabalho de excelência não só nas creches do Proinfância, como para toda a educação infantil do município.	Formação de Professores; Educação Infantil; Proinfância.	Formação dos professores
7	Viana, Camila Matos. 2019 https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popUp=true&id_trabalho=8273097	Aqui é brincar e ali é escrever: identidades infantis e espaços escolares em discussão	O presente estudo visou discutir as articulações entre identidades e território tomando como referência a criança e a escola. Os resultados apontaram a estreita relação entre espaços e identidades e revelaram os sentidos construídos e compartilhados pelas crianças	Geografia da infância; Novos estudos sociais da infância; Territorialidade; Criança.	espaço-ambiente

PEDAGOGIA					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
			sobre a escola e o ser aluno.		
8	Natalino, Maria Luiza Rodrigues. 2018 https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFV_a_d38893bccdffa1449a5bd3280e81f7f	O uso de tecnologias digitais para qualificar o ambiente de aprendizagem de uma unidade Proinfância.	Esta pesquisa teve como objetivo propor diretrizes para inserção de tecnologias digitais interativas para qualificar o ambiente de aprendizagem nas pré-escolas construídas pelo Programa Proinfância. Espera-se que através das diretrizes propostas para incorporação de tecnologias digitais consiga-se replicar as experiências realizadas e propor novas experimentações nas diversas escolas do Programa, considerando as especificidades locais, contribuindo dessa maneira para a qualificação dos ambientes de aprendizagem Proinfância, transformando-os em ambientes mais interativos e estimulantes.	Ambientes de Aprendizagem; Tecnologias Digitais; Arquitetura de Escolas; Proinfância.	Inserção tecnológica

PEDAGOGIA					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
9	Arruda, Harumi Matsumiya Alves. 2019 https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popUp=true&id_trabalho=8365590	O Brincar no Contexto da Educação Infantil: O Que Revelam as Crianças?	Esta pesquisa visou discutir as relações entre o brincar e a Educação Infantil com ênfase nas percepções das crianças sobre o tema tomando como base teórica a concepção de criança enquanto agente social e produtora de cultura (SARMENTO 2002, 2015); (CORSARO, 2011), bem como a perspectiva sociocultural do brincar (BROUGÈRE, 1995, 1998). verificou-se a presença de um excessivo controle por parte do adulto em relação aos tempos-espacos da brincadeira. Identificou-se, ademais, que as crianças reproduzem nas suas falas a dicotomia promovida no contexto educacional entre brincar e aprender. Por fim, averiguou-se que as crianças não reconhecem a professora como um sujeito que brinca.	Infância; Brincar; Brincadeira; Educação Infantil; Sociologia da Infância.	Formação dos professores
10	Bento, Maksilane Eudilane. 2019 https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popUp=true&id_trabalho=10196573	Ela Aprende Através do Brincar” – Um Estudo sobre a Organização dos Espaços de Brincadeira em um Centro Municipal de Educação Infantil de Diamantina, Minas Gerais.	O presente trabalho objetiva analisar os ambientes de brincadeira na educação da criança de três anos de idade de acordo com a organização dos espaços de um Centro Municipal de Educação Infantil. Os resultados da	Educação infantil; brincar; crianças de três anos; organização de espaços e ambientes para a brincadeira; Proinfância.	Formação dos professores

PEDAGOGIA					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
			dissertação apontam que existem dissonâncias entre o previsto no projeto arquitetônico e de engenharia, a ocupação e os usos dos espaços do Centro de Educação Infantil, pois diversos espaços destinados ao brincar que constam no projeto de edificação da instituição não são utilizados no planejamento cotidiano das profissionais de educação infantil.		
11	Oliveira, Luiz Gustavo Prado de. 2016 https://www.unirio.br/ppgedu/dissertacoes/repositorio-de-dissertacoes/1f4c22016/dissertacao-ppgedu-luiz-gustavo-prado-de-oliveira	A Mediação na Educação Infantil: o Caso das Unidades do Proinfância no Rio de Janeiro.	teve como objetivo investigar, descrever e analisar as ações e especificidades do profissional mediador que atua em unidades do Programa Proinfância no Estado e na cidade do Rio de Janeiro, para assim, conhecer e compreender possíveis ações/práticas que possam contribuir para o desenvolvimento e melhoria no papel deste profissional. Deste modo, não basta somente garantir o acesso das crianças com necessidades especiais para a construção de uma escola inclusiva através de leis e diretrizes, é necessário repensar seus espaços,	A Mediação na Educação Infantil: o caso das unidades do Proinfância no Rio de Janeiro.	Formação dos professores

PEDAGOGIA					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
			torná-los acolhedores e adaptados, como também se fazem urgentes a capacitação e qualificação de profissionais mediadores aptos a atender o público da educação especial.		

PEDAGOGIA					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
12	Carneiro, Ana Carla Pimenta de Oliveira. 2019 https://saberaberto.uneb.br/items/df724890-9b8d-4fea-a8bd-0b2754022efe	Educação Infantil e o Projeto Proinfância: uma análise das condições do trabalho docente em Várzea do Poço – Bahia	A presente investigação tem como objetivo geral analisar as condições de trabalho docente das professoras da educação infantil, avaliando se ocorreram mudanças após o encerramento do projeto de assessoramento pedagógico na unidade do Proinfância de Várzea do Poço - Bahia. Como desdobramento desta pesquisa, construiu-se um plano de formação continuada para as professoras com o intuito de contribuir com a qualidade do ensino e da aprendizagem na educação infantil, tendo a ação reflexão-ação como perspectiva que pode contribuir para a ampliação da profissionalidade docente destas professoras.	Proinfância; Políticas Públicas; Trabalho Docente na Educação Infantil; Educação Infantil.	Formação dos professores
13	Barroca, Karla Cabral. 2016 http://www.tede2.ufrrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/7603	Concepções de Criança, Desenvolvimento e Educação Infantil: uma análise interpretativa de familiares e profissionais de creches.	O estudo tem como objetivos analisar as concepções de criança, de desenvolvimento infantil e das funções da Educação Infantil de familiares e profissionais de uma creche conveniada e de uma creche da rede municipal. Entre os desafios mencionados, a	Educação Infantil; Criança; Desenvolvimento ; Creche.	Formação dos professores

PEDAGOGIA					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
			ênfase dada pelas profissionais está nas precárias condições físicas das creches e a falta de material e equipamento para o desenvolvimento do trabalho.		
14	Almeida, Fernanda Bezerra de. 2015 http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12261?show=full	Leitura e Escrita: vozes e imagens do Proinfância no Rio de Janeiro.	A presente dissertação tem como objetivo conhecer e refletir sobre as concepções de infância, leitura e escrita, que fomentam as práticas e a organização dos ambientes em sete unidades do Proinfância - Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil, localizadas em cinco regiões do estado do Rio de Janeiro: Metropolitana, Costa Verde, Baixadas Litorâneas, Médio Paraíba e Norte Fluminense. Evidenciou a necessidade de reorganização dos espaços e rotinas, privilegiando as interações e brincadeiras e o contato com diferentes gêneros discursivos, entre eles a literatura.	Educação infantil; concepção de infância leitura e escrita; organização do espaço.	Formação dos professores

PEDAGOGIA					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
15	Silva, Pablo Luiz de Faria Vieira da. 2014 http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/11872?show=full	As condições de trabalho docente na Educação Infantil: uma análise a partir do Proinfância em quatro municípios do Rio de Janeiro.	A presente dissertação tem como objetivo discutir as condições de trabalho docente em quatro unidades do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância Por fim, o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, na pesquisa realizada, efetivou seu objetivo, de aumentar as vagas em creches e pré-escolas públicas em quatro municípios do Estado do Rio de Janeiro. Principalmente por ser um programa de intervenção direta na realidade dos municípios, tanto esteticamente, quanto por servir de modelo a futuras construções do atendimento as crianças pequenas. Contudo, em relação à questão central da dissertação, as condições de trabalho docente, verifica-se uma intensificação e precarização do trabalho docente nas unidades pesquisadas, devido	Educação Infantil; Política Pública; Condição de Trabalho Docente; Formação.	Condições de trabalho

PEDAGOGIA					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
			as tensões existentes pelos vínculos empregatícios, das relações entre professores e auxiliares, pela pouca participação dos docentes nas ações de gestão e planejamento, da formação ainda claudicante.		
16	Fussinger, Natana. 2021 https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popUp=true&id_trabalho=11028305	Saberes da Docência: especificidades identitárias das professoras de crianças bem pequenas de escolas infantis do Proinfância de Frederico Westphalen e região.	A presente pesquisa objetivou indiciar os saberes específicos presentes nos discursos das professoras de crianças bem pequenas de escolas infantis do Proinfância de Frederico Westphalen e região. A pesquisa indicou saberes da docência que contribuem para a qualificação da formação docente inicial e continuada.	Formação de professoras; Identidade docente; Saberes da docência; Educação Infantil; Crianças bem pequenas.	Formação dos professores

Fonte: Autora

Tabela 5 - Outros (continua)

OUTROS					
Nº	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PALAVRAS-CHAVES	CATEGORIA
1	Soares, Cesar Pedrosa. 2018 https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/179405/001068605.pdf?sequence=1&isAllowed=y	Políticas Públicas e a Atenção Básica do SUS: uma avaliação de impacto do PMAQ – AB.	O Ministério da Saúde, procurando melhorar o nível de qualidade dos serviços de saúde oferecidos aos cidadãos pela atenção básica, instituiu o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da	Avaliação de Políticas Públicas; Atenção Básica; ICSAP	Saúde básica

			Qualidade da Atenção Básica (PMAQ). O Autor alerta sobre a inter-relação das diversas políticas públicas.		
2	Cunha, Lucas de Lima e. 2017 https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/179442/001068471.pdf?sequence=1&isAllowed=y	Relações entre Desigualdades Sociais Intraurbana e o Fenômeno da Violência na Infância na Cidade de Porto Alegre - RS; Brasil (2000 - 2014).	Essa pesquisa teve como finalidade investigar a relação entre a distribuição espaço temporal dos casos de violência contra crianças e os indicadores de desigualdades sociais intraurbana nos bairros da Cidade de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nos anos de 2000 e de 2014. Por fim, concluímos que a distribuição espacial dos eventos envolvendo violência contra crianças em Porto Alegre possui uma estreita relação com os indicadores de desigualdades sociais intraurbano.	Violência na Infância; Desigualdade Social Intraurbana; Porto Alegre; Análise Espacial; Georreferenciamento.	Violência contra a criança
3	Wunsch, Julia Giles. 2017 https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/178157/001063932.pdf?sequence=1&isAllowed=y	O Trabalho Técnico Social no Direito à Moradia: estudo sobre a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida Em Porto Alegre (2009-2016).	Nosso objetivo principal foi compreender de que forma o trabalho técnico social se efetiva, quais são seus limites e potencialidades quanto à sua autonomia e discricionariedade, e como está associado à consolidação do	Implementação; Burocratas de Nível de Rua; Programa Minha Casa Minha Vida; Trabalho Técnico Social.	Articulação entre políticas públicas de moradia com as de educação

			direito à moradia prescrito pelo PMCMV. Destaca que o TTS aborda, entre outros, aspectos da educação.		
4	Maia, Rosaria de Fatima Correa. 2016 http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11657/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20PPGEdu%20-%20Rosaria%20de%20Fatima%20Corr%C3%AAa%20Maia.pdf?sequence=1&isAllowed=y	Surdez, Educação E Políticas Sociais: a educação infantil do Instituto Nacional de Educação de Surdos.	Este trabalho tem como objetivos analisar as políticas públicas de saúde, assistência social e educação, com foco na surdez, tendo como campo empírico as crianças com surdez matriculadas na educação infantil do Colégio de Aplicação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), bem como a verificação de como essas políticas afetaram a curva de matrícula no INES no período compreendido entre 2004 e 2014. Apresenta um recorte sobre matrículas da Educação Infantil das crianças surdas no CAP-INES e nos municípios do estado do Rio de Janeiro.	Educação Infantil; políticas sociais; surdez.	Saúde básica
5	Perin, Gabriela. 2017 https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/177654/001065159.pdf?sequence=1&isAllowed=y	Segurança Alimentar e Políticas Públicas: uma Análise da Implementação das Cozinhas Comunitárias em Porto Alegre/RS.	Esta dissertação analisou a implementação das Cozinhas Comunitárias em Porto Alegre a partir do conceito de Micro Implementação de Berman (2007). Destaca a importância do	Políticas Públicas; Implementação; Cozinha Comunitária.	Alimentação

			Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, para acesso à alimentação adequada.		
--	--	--	--	--	--

Fonte: Autora

Os estudos aconteceram entre os anos de 2011 e 2021, sendo que, para categorias avaliação, pedagogia e impacto, praticamente todos os anos houve pesquisas sobre o assunto. Para engenharia, os estudos se começaram em 2013 e seguiram até 2021 e outros assuntos foram pesquisados entre 2016 e 2018.

Concentram-se em questões de avaliação e monitoramento da política pública, questões de engenharia, ligadas aos projetos básicos, impacto do programa para diferentes públicos (alunos, professores, comunidade), questões relativas ao processo de ensino e aprendizagem e outras pesquisas não ligadas à educação que abordam o programa e a política pública. Da análise dessas informações, portanto, construiu-se cinco categorias: Avaliação, Engenharia, Impacto, Pedagogia e Outros. Discutiremos a respeito de cada um deles no capítulo a seguir.

5 DISCUSSÃO TEÓRICA

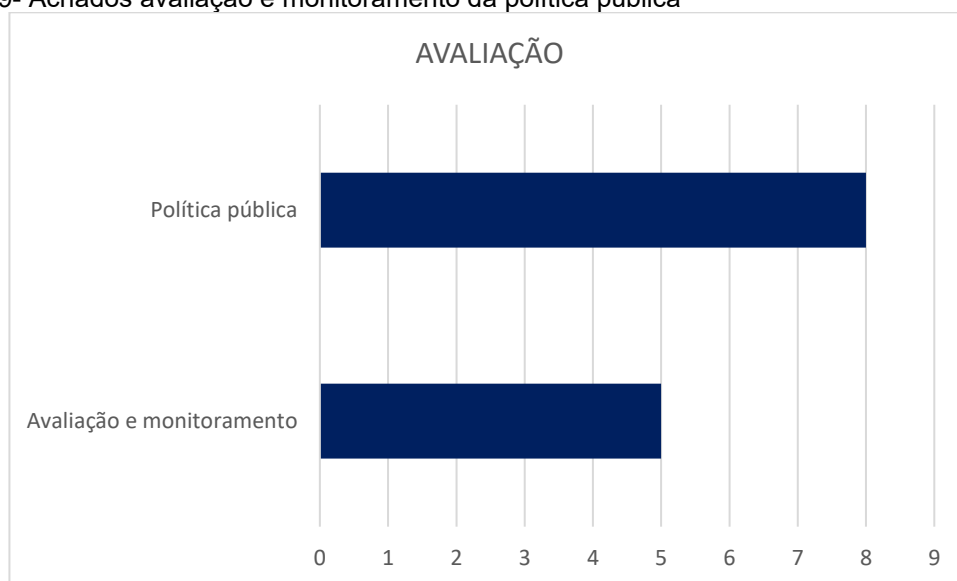
Neste capítulo discutiremos sobre as categorias levantadas a partir dos resultados construídos em nossa pesquisa, as quais representam os objetivos maiores desse estudo, qual seja, fazer um levantamento dos critérios fundamentais para construção de um modelo de avaliação de creches contempladas pelo Programa Proinfância, a fim de ampliar e subsidiar decisões sobre o seu aperfeiçoamento, inclusive sobre sua continuidade ou não, tendo como foco principal a diminuição da desigualdade social.

5.1 Sobre a Avaliação

Foram identificados, na temática de avaliação, estudos tanto das políticas públicas (Mattos, 2014; Cetroni, 2018; Ramos, 2011; Pacífico, Freitas e Matos, 2017; Ramos 2021 Marins, 2019 e Oliveira 2020) quanto de avaliação e monitoramento dos projetos e das obras (Eye, 2017; Rezende, 2103; Lopes, 2018; Re, 2020 e Almeida, 2018). Levantou-se problemas relativos ao: acompanhamento das obras; gestão de obras paralisadas; e alcance das políticas públicas.

Nessa direção, foram apresentadas: propostas de monitoramento das obras; indicadores de pontos críticos do programa; necessidade de interlocução entre os diversos agente envolvidos; fatores internos e externos que influenciam no alcance da política; a necessidade de fortalecer os mecanismos de controle e fiscalizado do programa; e, também, a necessidade de revisão em diversos aspectos do programa.

Figura 9- Achados avaliação e monitoramento da política pública



Fonte: Autora

5.1.1 Política pública

Mattos, 2014, teve como o objetivo geral analisar as dificuldades enfrentadas durante a implementação do Programa Proinfância por membros da Secretaria de Educação visando identificar possíveis falhas nesse contexto.

Os resultados demonstraram pouca articulação entre os membros da Secretaria de Educação e sujeitos sociais relevantes para o sucesso da política no município de Juiz de Fora, desta forma o trabalho contribuiu como um instrumento de apoio e efetivação da implementação do programa, principalmente nos locais onde ocorrerão transferências de sede.

Cetroni, 2018, observou a realidade educacional da primeira infância no município de Monte Alto, no Estado de São Paulo.

Por conclusão, propôs ações para que futuras decisões sejam voltadas à universalização do atendimento educacional nos primeiros anos da criança, em especial, do programa Proinfância.

A pesquisa de Ramos (2011) objetivou entender como a descentralização de políticas públicas determinada pelo pacto federativo brasileiro, em um contexto de heterogeneidade das administrações subnacionais, afeta a implementação de programas governamentais formulados pela União.

Considera-se que as principais contribuições do trabalho foram: o ângulo a partir do qual a descentralização de políticas públicas no contexto brasileiro é avaliada, ou seja, seus impactos para a implementação de programas federais; a utilização de um modelo inédito para a análise do problema de pesquisa, que combina elementos da literatura sobre relações Inter organizacionais, sobre implementação e sobre capacidades locais; as evidências de que as burocracias locais têm papel central na implementação de programas federais, especialmente no que tange à adesão dos governos locais às iniciativas federais; evidências de que a disponibilidade de recursos, inclusive financeiros, pelos governos locais é condição necessária ao sucesso da implementação de programas federais em áreas de políticas descentralizadas, mesmo quando o governo federal arca com a quase totalidade dos custos do objeto a ser implementado; e, por fim, as evidências de que a condução de transições de governo organizadas é, também, um elemento constituinte da institucionalização das capacidades locais.

Pacífico, Freitas e Matos, 2017 Este artigo teve como objetivo analisar o atendimento à creche pela via da implantação do Programa Proinfância em Rondônia.

Os estudos realizados e os documentos analisados apontam para o fato de que as crianças necessitam de espaços bem planejados e equipados para que possam desenvolver adequadamente todas as suas potencialidades. Os resultados evidenciam que, dos 52 municípios de Rondônia, somente oito fizeram adesão ao Programa Proinfância e que, mesmo assim, não há como se afirmar que até o ano de 2015 esse programa tenha representado algum impacto no número de matrículas.

Ramos, 2011, Objetivamos registrar as alterações no marco legal do financiamento da educação infantil no Brasil; investigar a evolução das matrículas e condições do atendimento na rede escolar do Recife; e ainda identificar o volume de investimentos do Programa Proinfância no país e no município.

Concluimos que o programa, em todo o país como em Recife, disponibilizou um volume expressivo de recursos para a construção de unidades, mas sua execução orçamentária demonstra muitos problemas na implementação, onde destacamos o desenho e a gestão geral do programa e o monitoramento dos projetos, tanto pelos municípios quanto pelo FNDE/MEC. Estes problemas resultaram num baixo número de unidades concluídas e em funcionamento, em Recife e em todo o país.

Martins, 2019, A pesquisa objetiva analisar o Programa Proinfância e os seus desdobramentos, enquanto política pública de infraestrutura e acesso, e o processo de implantação do Programa na Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino do Município de João Pessoa (PB).

Os dados pesquisados revelam avanços e retrocessos frente à efetivação dessa política de infraestrutura, pois ao mesmo tempo em que a expansão educacional passa a ser uma realidade a partir das creches construídas, os retrocessos podem ser vistos a partir dos dados que quantificam o número de obras que foram canceladas e paralisadas no município, as quais representam um quantitativo superior às obras que foram concretizadas.

Oliveira, 2020, O objetivo do estudo foi examinar se as relações intergovernamentais entre a União e municípios têm potencial de reduzir as desigualdades educacionais na etapa creche, expressos em termos de medida de acesso, tomando como objeto de análise o Proinfância.

Foi possível afirmar que o Programa reduziu as desigualdades de acesso, nas seguintes perspectivas: i) relação do Proinfância com a variação positiva do número

de matrículas; ii) relação do Proinfância com a variação positiva do número de escolas; iii) dos 364 municípios que concluíram convênios com o governo federal no período 2009 a 2018, 269 municípios só iniciaram o atendimento a creche em função da parceria com o Proinfância, sendo que destes 167 municípios permanecem com atendimento à creche exclusivamente por meio de unidades escolares do Proinfância.

5.1.2 Avaliação e Monitoramento

A pesquisa de Eye, 2017, teve como objetivo a elaboração de uma proposta de metodologia de monitoramento, baseada na identificação dos pontos críticos da execução das construções.

Como resultado foi elaborada uma proposta de monitoramento com a utilização de índices ligados à frequência e à severidade das inconformidades.

Rezende, 2013, também teve como objetivo elaborar uma metodologia para monitoramento e avaliação do Proinfância que se baseou no mapeamento da etapa de implementação do programa e a detecção dos pontos críticos.

Os dados demonstraram que existem diversos pontos considerados problemáticos na implementação do programa, principalmente referente à atividade de execução onde é observada a maior parte dos problemas. Foram elencados e propostos 15 indicadores objetivando o monitoramento e subsídio à avaliação, com foco para os pontos críticos do Proinfância.

Lopes, 2018, teve como objetivo analisar o funcionamento do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA, cuja finalidade é prestar assistência técnica e financeira aos municípios para a construção de creches e pré-escolas.

Concluiu-se que seria necessário fortalecer os mecanismos de controle e fiscalização do programa para aumentar a execução e sanar os problemas encontrados nas construções das unidades educacionais de educação infantil, reconhecendo a importância de manter a assistência técnica, financeira e pedagógica aos municípios para que as crianças tenham o direito a espaços educacionais pensados, planejados e construídos para elas.

Re, 2020, teve como principal objetivo empegar o gerenciamento da qualidade no desenvolvimento de uma proposta metodológica para a melhoria no processo de monitoramento de obras públicas.

Como resultado do trabalho, obtém-se um novo fluxo para o processo de monitoramento de obra composto de procedimentos internos, rotinas de trabalho e ferramentas de coletas. A metodologia proposta foi aplicada a 15 obras e os resultados analisados.

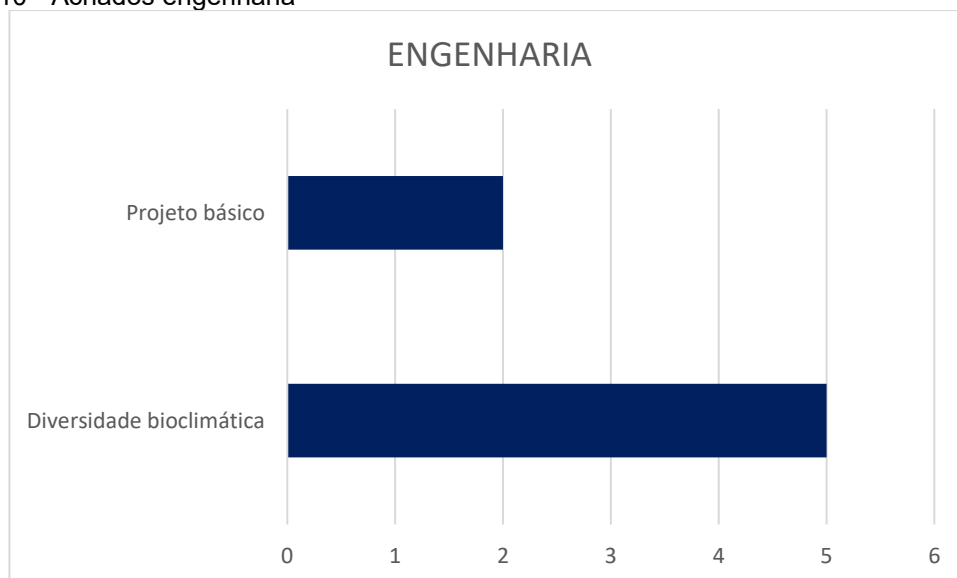
Almeida, 2018, buscou compreender a implantação dos projetos padrão das escolas infantis do FNDE e a adequação desse espaço construído no contexto da cidade de Natal/RN.

Os resultados das análises demonstraram que o projeto precisa de revisões em diversos aspectos para melhorar seu desempenho, principalmente, no programa de necessidades, nos dimensionamentos de diversos ambientes, no conforto ambiental em geral, na valorização das áreas externas, entre outras questões. Além disso, os espaços projetados precisam de maior flexibilidade para alterações de layout e de usos.

5.2 Sobre a Engenharia

Para a engenharia, as análises atentaram para a questão do projeto básico (Monteiro, 2017; Peres, 2012 e Rezende, 2021) como para a diversidade bioclimática do Brasil (Rodrigues, 2019; Nunes, 2020; Santori, 2019; Spagnudo, 2019 e Araujo, 2019). Quanto essas questões, o FNDE, por meio da Nota técnica nº 2305812/2021, sugere alterações no projeto básico e orienta dos procedimentos para solicitar essas alterações. Foram apresentadas também contribuições sobre as metodologias construtivas.

Figura 10 - Achados engenharia



Fonte: Autora

5.2.1 Projeto básico

A pesquisa de Monteiro, 2017, foi uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e teve como objetivo analisar uma Política Pública de Educação Infantil – o modelo Proinfância – relacionando este modelo, com os indicadores dos Parâmetros Nacionais de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil, a fim de entender até que ponto avançamos em qualidade para um espaço escolar através de um projeto arquitetônico padronizado de escolas para todo o Brasil.

Percebeu-se, entre outros, um constante estudo e pesquisas, resultantes em Políticas Públicas que promovem o investimento nas tecnologias construtivas, a fim de conceber uma arquitetura sustentável e eficiente energeticamente, contudo, estes avanços não estão contemplados nos projetos modelo Proinfância.

A temática da pesquisa Rezende, 2021, englobou o “projeto de arquitetura escolar” e “tecnologias construtivas”, e teve como objeto de estudo o Projeto Padrão FNDE “Tipo B” em sistema construtivo Wall System, implementadas em Passo Fundo / RS e Canoas / RS.

Os resultados investigativos dos estudos de caso apresentaram duas situações uma de obra concluída no prazo estabelecido e outra de obra em situação de paralisada. A pesquisa visou contribuir com a discussão acerca da temática, a fim de investigar os processos de implementação do sistema construtivo Wall System em ambientes escolares, e atentar para as escolas deste sistema que precisam de manutenções adequadas ou, para aquelas que se encontram paralisadas e precisam de alguma solução para a retomada.

Péres, 2021, teve como objetivo geral estruturar uma proposta de gestão das obras que estão paralisadas e que utilizam a tecnologia de materiais compósitos – Wall System.

Verificou-se, através da compreensão do Protocolo estudado, que fatores internos e externos influenciaram nas variáveis estudadas, que traduzidas em desafios a serem vencidos pela Administração Pública, resultaram em uma sequência de atividades a serem implementadas.

5.2.2 Diversidade bioclimática

A dissertação de Rodrigues, 2019, teve como objetivo geral a avaliação do desempenho térmico e energético de escolas padrão Proinfância na zona bioclimática.

Os dados e análises resultantes da pesquisa possibilitaram a elaboração de recomendações para a implantação de novas escolas, buscando complementar os requisitos de desempenho térmico e energético existentes e, assim, proporcionar aos usuários uma melhor condição de habitabilidade.

Nunes, 2020, visou analisar o desempenho térmico de uma das unidades do Proinfância, frente ao clima semiárido da cidade de Arapiraca-AL.

Constatou-se a necessidade de intervenções que favoreçam à diminuição das temperaturas internas dos ambientes, ao passo que se constatou potencial para uso de estratégias bioclimáticas que podem ser adequadas à edificação.

Sartori, 2019, analisou a influência da orientação solar no conforto térmico dos usuários e no desempenho térmico da edificação proporcionado pelo projeto padrão Tipo 2 do Programa Proinfância em todas as zonas bioclimáticas brasileiras estabelecidas de acordo com a NBR 15.220-3 (ABNT, 2005).

Os resultados de conforto térmico se mostraram mais sensíveis à orientação solar da edificação que os resultados de desempenho térmico. Os resultados de desempenho térmico tiveram poucas variações nas classificações e apontam resultados qualitativos, enquanto os resultados de conforto térmico apresentam variações quantitativas, gerando indicações e recomendações de implantação mais claras quanto à orientação solar.

Spagnuolo, 2019, teve como objetivo avaliar o comportamento térmico de projetos padrão de alcance nacional nas 8 Zonas Bioclimáticas brasileiras.

O resultado apresentado é a síntese da avaliação do conforto térmico dos ambientes educacionais do edifício original e o impacto da utilização das estratégias bioclimáticas de forma individual e combinada. Sem o devido cuidado para aclimação às localidades, a adoção de projetos padrão é inadequada, podendo prejudicar os usuários e o desenvolvimento das atividades.

Araujo, 2019, teve como objetivo avaliar o impacto que diferentes configurações de paredes e coberturas podem oferecer às condições térmicas das salas de aula do projeto padrão Tipo B do programa Proinfância nas oito Zonas Bioclimáticas Brasileiras (ZBB).

Concluiu que, a depender do contexto climático, um CMEI com a mesma configuração de paredes e cobertura, pode apresentar variações no percentual de horas ocupadas em desconforto de até 77 pontos percentuais e de até 97% no somatório anual de graus-hora em desconforto (modelo com paredes em Light Steel

Frame e cobertura isolada- com melhor desempenho em Florianópolis e o pior em Teresina). Assim, ao indicar o desempenho alcançado pelos diferentes modelos torna-se possível identificar as tipologias construtivas mais adequadas a cada zona bioclimática do país.

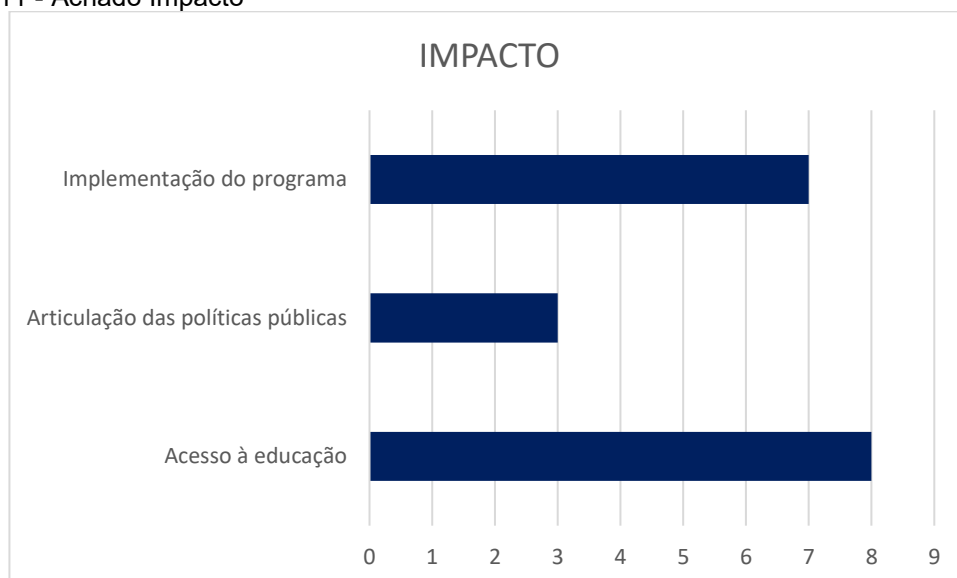
5.3 Sobre o Impacto do Programa

Quanto ao impacto, os pesquisadores pautaram-se nos objetivos de acesso à educação infantil (Pires, 2017; Siqueira, 2019; Melo, 2020; Carvalho, 2017; Martins, 2016; Gomes, 2013; Siles, 2013 e Korzakwa, 2020). Analisou-se, assim, os: efeitos, riscos, desafios, contribuição, formulação e processo de implementação do programa.

Além disso, percebeu-se uma preocupação com a política nacional de edificações e relações intergovernamentais entre a União e os municípios (Araujo, 2019). Como resultado, identificou-se que, apesar do significativo aporte financeiro, a oferta de vagas para educação infantil ainda é deficitária. Indicam, portanto, a necessidade de um processo de gestão de riscos para implementação do programa (Milhomem, 2021; Gracia, 2014; Carvalho, 2019; Brasil, 2016; Sathres, 2014 e Almeida, 2018).

Foram elencadas, também, a necessidade de proposta que visasse a qualidade social, a reestruturação dos processos pedagógicos e a formação continuada para professores. Além disso, sugerem também como fundamental, para um melhor aproveitamento do programa, que exista uma boa articulação entre a União e os municípios de forma a fortalecer as políticas educacionais em todas as instâncias (Costa, 2015; Oliveira, 2013 e Araujo, 2019).

Figura 11 - Achado Impacto



Fonte: Autora

5.3.1 Implementação do programa

O objetivo da pesquisa Milhomem, 2021, foi de investigar as etapas do gerenciamento de risco na gestão pública educacional e, mais especificamente, identificar os riscos do Programa Proinfância em todas as suas etapas (entre os anos de 2007 e 2019) classificando-os quanto a probabilidade de ocorrência e o seu impacto, além de analisar a percepção dos riscos do ponto de vista dos atores envolvidos.

A conclusão foi que, com a adoção de um processo de gestão de riscos, é possível tomar decisões que possam impactar positivamente na conclusão das obras do Proinfância, alcançando a sua finalidade.

Garcia, 2014, procurou analisar o processo de implementação e implantação do Programa Proinfância, Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Escolar Pública de Educação Infantil na unidade de educação infantil CEI Sibipiruna, na cidade de Chapadão do Sul em Mato Grosso do Sul.

A pesquisa traz como conclusão que o Programa Proinfância em Chapadão do Sul atende as necessidades básicas das crianças e da comunidade escolar, necessitando de um avanço coletivo na construção de uma proposta que vise a qualidade social.

A pesquisa Carvalho, 2019, teve o objetivo de avaliar os efeitos da implementação do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) na Educação Infantil em um município do Sertão Produtivo, no estado da Bahia.

A pesquisa concluiu que no cenário municipal analisado as unidades do Proinfância podem tornarem-se centros de referência em Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, inclusive com a possibilidade para serem-se espaços privilegiado de formação dos estudantes dos cursos de licenciatura em Pedagogia através do estabelecimento de parceria com a universidade e dessa, em contrapartida, atuando como mediadora da Educação Básica com criação de grupo de estudos e, conseqüentemente, da formação continuada aos professores das unidades do Proinfância.

Brasil, 2016, analisou como é ressignificada a política nacional de edificação dos espaços (Proinfância) no cotidiano de uma sala do berçário numa creche municipal.

O estudo constatou que há tensões entre o texto das políticas e suas redefinições no contexto da prática. Os resultados indicam que as intervenções por meio de ações co-construídas com os profissionais do campo possibilitam ressignificações nos arranjos espaciais, visando à qualidade do trabalho cotidiano com as crianças.

Sathres, 2014, teve como objetivo principal investigar os desafios e os impactos da implementação do Proinfância em um município da Região Central do RS, contextualizando este Programa na política de qualidade do atendimento à criança pequena a partir da perspectiva da gestão municipal e dos profissionais que atuam na gestão da escola.

Reafirmou-se que um grande desafio do município é o cumprimento das metas para o atendimento da população infantil, sobretudo no segmento creche. Contudo, o impacto do Programa Proinfância no município de Restinga Sêca é positivo, tanto na abertura de novas vagas na Educação Infantil, quanto na proposição de um atendimento com qualidade às crianças pequenas.

A pesquisa de Almeida, 2018, teve objetivo geral analisar a implantação do Proinfância na Capital do Brasil, como política pública de educação infantil, no período de 2007 a 2017.

A pesquisa trouxe importantes elementos que, por um lado, dão ênfase de que a política educacional nacional por meio deste programa foi promotora da educação infantil em Brasília, mas não caminha na direção do equilíbrio da oferta e da demanda das matrículas e do atingimento do marco regulatório da Capital.

Barradas, 2020, avalia a contribuição do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância para o alcance da Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE, que está relacionada à universalização do atendimento para crianças de 4 e 5 anos e com a ampliação da oferta para crianças de 0 a 3 anos.

Os resultados encontrados indicam que o Proinfância contribui para a abertura de novas vagas na Educação Infantil, demonstrando que os municípios beneficiados por esta política pública obtiveram um incremento de matrículas, em média, de 4,7 pontos percentuais a mais que aqueles que não possuem unidades do Proinfância

concluídas. Constatou-se também, a partir da análise do indicador relacionado ao Índice de Vulnerabilidade Social – IVS, que o Proinfância também possui impacto positivo tanto nos municípios mais quanto nos menos vulneráveis.

5.3.2 Articulação das políticas públicas

Costa, 2015, investigou as políticas municipais de Educação Infantil em três Municípios da RMBH bem como os efeitos causados pelo Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância.

Mostra-se que as políticas públicas demandam articulação eficiente entre os entes federados e mecanismos mais explícitos que regulem essa articulação. Assim, mesmo sendo uma iniciativa de grande abrangência nacional, envolvendo aporte de recursos financeiros relevantes, o Proinfância necessita de aportes técnicos complementares no âmbito dos Municípios para que as políticas de Educação Infantil possam responder satisfatoriamente à demanda e o estatuto da obrigatoriedade, quantitativa e qualitativamente.

Oliveira, 2013, analisou a legislação da Educação Infantil e o Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, a fim de possibilitar a compreensão da proposta da cidade do Rio Grande para a ampliação da Educação Infantil, a partir do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância.

Foi possível compreender as aproximações do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, pois se unem na busca de uma educação de qualidade, pautada no diálogo e por princípios éticos, políticos e estéticos, considerando a relação da cidadania e sustentabilidade como fundamentais nos processos de efetivação das políticas públicas para a Educação Infantil.

Araujo, 2019, objetivou compreender o processo de implementação do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) no município de Juiz de Fora/MG.

Os resultados indicaram que, embora o Proinfância tenha levado à expansão das vagas e melhorias na infraestrutura das creches, ele também revelou um enfraquecimento da política municipal de Educação Infantil, por meio de um dualismo

entre creche e pré-escola, ao estabelecer uma política de conveniamento para a gestão das creches via terceiro setor. Com isso, ocorre um aprofundamento da precarização do trabalho docente,

5.3.3 Acesso à educação

Pires, 2017, se propôs a analisar o acesso à educação infantil em seis cidades do Sudeste Goiano, a partir da implementação do programa Proinfância. Buscou compreender quais as contribuições do Proinfância enquanto política voltada para o acesso à educação infantil no Sudeste Goiano.

A partir da análise documental e de dados relativos à matrícula levantados nos órgãos oficiais, percebeu que, embora o Proinfância seja um programa de abrangência nacional, e que recebe significativo aporte financeiro, sua ação não se mostra tão efetiva quanto poderia para minorar o déficit do atendimento da educação infantil.

Siqueira, 2019, teve como objetivo avaliar a ressonância do programa Proinfância no processo de ampliação da oferta de vagas e melhoria da qualidade do atendimento da Educação Infantil por meio de estudo de caso em Penedo - Alagoas.

Os resultados fomentaram delinear indicadores de qualidade para a educação infantil local com o intento de (re)estruturação dos processos pedagógicos e (re)definição de práticas de qualidade concernentes à realidade local.

Melo, 2020, objetivou analisar o desenho institucional de um conjunto de programas executados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), bem como explorar a relação entre a formulação e a implementação de um programa específico, o Proinfância, no município de Natal, visando verificar como os princípios mobilizados no desenho institucional se refletem ou não na execução desta política.

Foi possível identificar desafios, em que os principais gargalos de implementação apontados por gestores foram: as dificuldades de construção das creches, a forma problemática de transferência de recursos, o recorrente problema da falta de terrenos públicos adequados ao projeto e com comprovação da dominialidade e a baixa capacidade técnica-burocrática dos municípios. Contudo, percebeu-se que, apesar dos fatores supracitados, a implementação do programa conseguiu atender ao princípio de justiça equitativo desenhado na formulação e que as Creches foram construídas, inclusive em uma área de conjuntos habitacionais, evidenciando,

portanto, o critério de priorização de famílias em locais de maior situação de vulnerabilidade.

Carvalho, 2017, refletiu sobre políticas públicas educacionais, sobretudo aquelas destinadas à Educação Infantil a partir da Constituição Federal de 1988 e do contexto político no qual surgiram e se materializaram; analisar historicamente a Educação Infantil no Brasil; fazer um levantamento de como as dimensões previstas nos documentos oficiais têm sido desenvolvidas nas escolas infantis de Caiapônia; e compreender se e como essas políticas se materializam na prática cotidiana das instituições do município, em especial o Proinfância.

Os resultados revelam que garantir educação de qualidade à faixa etária 0–5 anos e fazer as políticas públicas nacionais chegar às instituições e ser compreendidas como uma conquista importante da Educação Infantil a fim de possibilitar que as profissionais as confrontem com sua interface municipal, pois se nota assistencialismo nos documentos educacionais de Caiapônia.

A pesquisa de Martins, 2016, possui como centralidade a compreensão do processo de implementação do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, no Estado do Tocantins, Brasil, e identificação dos fatores que facilitaram ou impediram o alcance dos objetivos do referido Programa no Estado.

Acredita-se que o Proinfância pode fortalecer ações que priorizam o desenvolvimento integral das crianças, ao construir espaços adequados para essa fase do crescimento e desenvolvimento humano com a ampliação do acesso as creches e pré-escolas. No entanto, é preciso considerar as diferenças entre o desenho e a idealização do Programa e sua implementação conforme cada realidade e a assimetria de interesse e exercício de poder, que também precisam ser consideradas, como pôde ser observado em Tocantins.

Gomes, 2013, estuda como as estratégias políticas municipais têm se organizado para atender a demanda de vagas, além de acompanhar o momento de ingresso das crianças novas nas creches, em vista a estudar o processo de transição da casa para o novo campo social que é a instituição.

Pelas análises dos discursos das famílias, tanto nas entrevistas coletivas quanto nas observações realizadas, levanto alguns aspectos relevantes a serem apontados: (1) os responsáveis consideram a instituição creche como o primeiro acesso da criança à convivência com seus pares, e creditam na equipe, a

responsabilidade do desenvolvimento de seus filhos. Muitos comentaram que nos lares, suas crianças não tinham convivência com outras crianças. (2) O acesso à creche oportuniza a família a aquisição de direitos sociais e ampliação de repertório cultural.

Siles, 2013, objetivou analisar as ações estratégicas que o município de São Gonçalo-RJ realizou no período de 2009 a 2012 para propor a oferta de vagas de 0 a 3 anos em creches públicas e como pano de fundo o Proinfância, uma política do governo federal adotada pelo município de São Gonçalo, cuja implementação dependerá dos trâmites e da forma com que este município se apropriará da mesma, podendo ou não servir para que o programa amplie o atendimento de 0 a 3 anos em sua rede pública de ensino.

Com base nos dados colhidos pode-se afirmar que a Educação Infantil de São Gonçalo, no período de 2009 a 2012 pouco avançou com ações que promovessem o cidadão de direito e sujeito da Educação Infantil, sobretudo de 0 a 3 anos.

Korzekwa, 2020, analisou o processo de implementação dos campi da terceira fase de expansão da Rede Federal no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no período de outubro de 2013 a outubro de 2018, embasando-se na consonância desse processo em relação ao objetivo de destinação de vagas determinado pela legislação vinculada à Rede Federal.

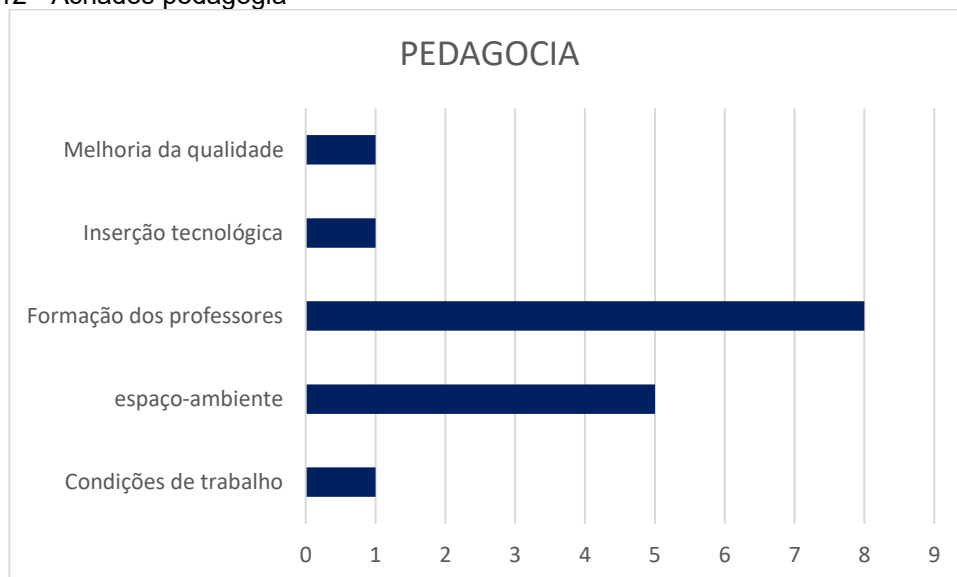
A investigação indica um olhar para a política através da abordagem *bottom-up* (que é um método que começa com a análise de elementos individuais e, a partir daí, constrói uma compreensão do todo) de implementação de políticas públicas, utilizando-se essa perspectiva como diretriz para amparo do referencial teórico analisa-se, dessa forma, o importante papel dos atores na implementação que, ao se depararem com problemas, quais sejam: falta de recursos ou até mesmo demanda necessária para abertura dos cursos, promoveram ações para que a política pudesse ser executada da melhor forma possível.

5.4 Sobre a Pedagogia

Para pedagogia foram analisados aspectos quanto ao impacto que o espaço-ambiente (Vieria, 2016; Klosinski, 2016; Enclich, 2017; Santan, 2018 e Viana, 2019) tem sobre a experiência educacional dos alunos e condições de trabalho dos professores (Silva, 2014). Como resultado, constatou-se que o ambiente é importante para desenvolvimento educacional, mas não é efetivo se for acompanhado por

qualificação dos profissionais (Silva, 2020; Arruda, 2019; Bento, 2019; Oliveira, 2019; Carneiro, 2019; Barroca, 2016; Almeida, 2015 e Fussinger, 2020), inserção tecnológica (Natalino, 2018), também se identificou melhoria na qualitativas com reflexos nos segmentos educacionais posteriores (Donati, 2021).

Figura 12 - Achados pedagogia



Fonte: Autora

5.4.1 Melhoria de qualidade

O objetivo geral de Donati, 2021, foi identificar as estratégias de organização que os Sistemas de Ensino e a Secretaria Municipal de Educação vêm desenvolvendo para atender às crianças no âmbito das unidades do Proinfância, apontando fatores que interferem na construção dos espaços escolares, no que se referem ao desenvolvimento e construção de um ambiente físico que propicie condições adequadas e compatíveis com os processos educacionais.

Constatou-se que o Proinfância tem permitido atender um maior número de crianças dessa primeira etapa da educação, com repercussões positivas no segmento posterior (ensino fundamental I), pode-se considerar o valor positivo do programa na garantia do direito à educação, no desenvolvimento social e na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

5.4.2 Inserção tecnológica

Natalino, 2018, pesquisou sobre a inserção de tecnologias digitais interativas para qualificar o ambiente de aprendizagem nas pré-escolas construídas pelo Programa Proinfância.

Espera-se que por meio das diretrizes propostas para incorporação de tecnologias digitais consiga-se replicar as experiências realizadas durante a pesquisa e propor novas experimentações nas diversas escolas do Programa, considerando as especificidades locais, contribuindo dessa maneira para a qualificação dos ambientes de aprendizagem Proinfância, transformando-os em ambientes mais interativos e estimulantes.

5.4.3 Formação dos professores

A pesquisa de Silva, 2020, teve como objetivo compreender as contribuições da formação do (as) professores (as) para o trabalho que realizam em creches e pré-escolas construídas sob o modelo do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância).

Como resultado, verificou-se a imprescindível necessidade de políticas públicas orientadas para as formações continuadas, para que as professoras desenvolvam um trabalho de excelência não só nas creches do Proinfância, como para toda a educação infantil do município.

Arruda, 2019, visou discutir as relações entre o brincar e a Educação Infantil com ênfase nas percepções das crianças sobre o tema tomando como base teórica a concepção de criança enquanto agente social e produtora de cultura (SARMENTO 2002, 2015); (CORSARO, 2011), bem como a perspectiva sociocultural do brincar (BROUGÈRE, 1995, 1998).

Verificou-se a presença de um excessivo controle por parte do adulto em relação aos tempos-espacos da brincadeira. Identificou-se, ademais, que as crianças reproduzem nas suas falas a dicotomia promovida no contexto educacional entre brincar e aprender. Por fim, averiguou-se que as crianças não reconhecem a professora como um sujeito que brinca.

A pesquisa de Bento, 2019, teve como objetivo analisar os ambientes de brincadeira na educação da criança de três anos de idade de acordo com a organização dos espaços de um Centro Municipal de Educação Infantil.

Os resultados da dissertação apontam que existem dissonâncias entre o previsto no projeto arquitetônico e de engenharia, a ocupação e os usos dos espaços do Centro de Educação Infantil, pois diversos espaços destinados ao brincar que

constam no projeto de edificação da instituição não são utilizados no planejamento cotidiano das profissionais de educação infantil.

Oliveira, 2016, investigou, descreveu e analisou as ações e especificidades do profissional mediador que atua em unidades do Programa Proinfância no Estado e na cidade do Rio de Janeiro, para assim, conhecer e compreender possíveis ações/práticas que possam contribuir para o desenvolvimento e melhoria no papel deste profissional.

Concluiu que, não basta somente garantir o acesso das crianças com necessidades especiais para a construção de uma escola inclusiva através de leis e diretrizes, é necessário repensar seus espaços, torná-los acolhedores e adaptados, como também se fazem urgentes a capacitação e qualificação de profissionais mediadores aptos a atender o público da educação especial.

Carneiro, 2019, analisou as condições de trabalho docente das professoras da educação infantil, avaliando se ocorreram mudanças após o encerramento do projeto de assessoramento pedagógico na unidade do Proinfância de Várzea do Poço - Bahia.

Como desdobramento desta pesquisa, construiu-se um plano de formação continuada para as professoras com o intuito de contribuir com a qualidade do ensino e da aprendizagem na educação infantil, tendo a ação-reflexão-ação como perspectiva que pode contribuir para a ampliação da profissionalidade docente destas professoras.

Barroca, 2016, teve como objetivo analisar as concepções de criança, de desenvolvimento infantil e das funções da Educação Infantil de familiares e profissionais de uma creche conveniada e de uma creche da rede municipal.

Entre os desafios mencionados, a ênfase dada pelas profissionais está nas precárias condições físicas das creches e a falta de material e equipamento para o desenvolvimento do trabalho.

Almeida, 2015, buscou conhecer e refletir sobre as concepções de infância, leitura e escrita, que fomentam as práticas e a organização dos ambientes em sete unidades do Proinfância - Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil, localizadas em cinco regiões do estado do Rio de Janeiro: Metropolitana, Costa Verde, Baixadas Litorâneas, Médio Paraíba e Norte Fluminense.

Evidenciou a necessidade de reorganização dos espaços e rotinas, privilegiando as interações e brincadeiras e o contato com diferentes gêneros discursivos, entre eles a literatura.

Fussinger, 2021, objetivou indiciar os saberes específicos presentes nos discursos das professoras de crianças bem pequenas de escolas infantis do Proinfância de Frederico Westphalen e região.

A pesquisa indicou saberes da docência que contribuem para a qualificação da formação docente inicial e continuada.

5.4.4 Espaço-ambiente

Vieira, 2016, A pesquisa consistiu em compreender como o saber da experiência educativa incide na reflexão sobre o espaço-ambiente da educação infantil.

Concluiu que a organização do espaço-ambiente da educação infantil se conforma como uma trama de relações e que o saber da experiência educativa incide na reflexão sobre o espaço-ambiente por meio da experiência estética.

A temática que moveu o estudo de Klosinski, 2016, apresentou-se por meio das Políticas Públicas Educacionais para a Educação Infantil e o Espaço Escolar, com o foco voltado para o Programa Proinfância, um Programa de Governo que objetiva a construção de unidades escolares de Educação Infantil através de um projeto padrão, assim como disponibilizar equipamentos e mobiliários para essas unidades.

Afirma-se, com certeza, que o Proinfância é o primeiro passo da construção de uma Política de espaços escolares para a Educação Infantil, que muito se precisa avançar e que esta pesquisa vem como um dos suportes para repensar e reestruturar o Programa, visando oferecer aos elaboradores e formuladores de Políticas e Programas Sociais apontamentos que qualifiquem o processo da Educação Pública no Brasil.

Endlich, 2017, se norteou nas seguintes questões: i) Qual o impacto da edificação do Proinfância na realidade educacional do município de Quatis? ii) Como o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) é percebido pelas famílias, professores e auxiliares de educação infantil? iii) Quais os principais desejos e necessidades dos familiares e profissionais frente ao tema da pesquisa? IV) Quais

aproximações mostraram-se presentes entre os enunciados dos profissionais e dos familiares?

Os resultados da análise apontaram : valorização do conjunto da edificação; percepção da fachada como referência identitária; distância do centro da cidade, paisagem bucólica; valorização dos brinquedos e do brincar; sinalização da necessidade de aquisição de mais brinquedos e brincadeira em maior quantidade, inclusive para os solários; insegurança em relação ao anfiteatro; sentimento de pertença ao CMEI; ausência de transporte coletivo na cidade; necessidade de forro e fechamento nas extremidades do telhado do pátio coberto; implementação de um auditório; espaços que necessitam reforma na edificação e incremento de recursos pedagógicos, envolvendo livros adequados para a faixa etária, de formação pedagógica e material de consumo para as atividades cotidianas.

Santana, 2018, buscou responder se a diversidade dos espaços físicos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) possibilitou mudanças na organização da prática pedagógica de professoras. Tendo como objetivo geral dialogar sobre a utilização dos espaços físicos do Proinfância na organização da prática pedagógica dos professores.

Como parte do resultado da pesquisa, o produto foi compartilhar as discussões, dúvidas e sugestões emergidas durante o percurso dos diálogos sobre a interface existente entre os espaços físicos e a prática pedagógica das professoras na esperança de lançar uma outra perspectiva sobre a utilização dos espaços e trazer novas reflexões sobre as práticas e os espaços em uso na pedagogia da Educação Infantil na atualidade.

Viana, 2019, visou discutir as articulações entre identidades e território tomando como referência a criança e a escola.

Os resultados apontaram a estreita relação entre espaços e identidades e revelaram os sentidos construídos e compartilhados pelas crianças sobre a escola e o ser aluno.

5.4.5 Condições de trabalho

Silva, 2014, objetivou discutir as condições de trabalho docente em quatro unidades do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância – nos municípios de

Angra dos Reis, Aperibé, Tanguá e Quatis a fim de conhecer as realidades em que processam o atendimento as crianças pequenas a partir de uma política pública. Buscou-se compreender e analisar como e em que contextos se efetivam as práticas docentes por meio do perfil e das condições de trabalho dos gestores, professores e auxiliares. Justifica-se por analisar uma política pública que se destina a expandir e melhorar o acesso das crianças pequenas à Educação Infantil, aprofundando também o conhecimento acerca das bases às quais se produz e sustenta o trabalho docente na primeira etapa da Educação Básica.

Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, na pesquisa realizada, efetivou seu objetivo, de aumentar as vagas em creches e pré-escolas públicas em quatro municípios do Estado do Rio de Janeiro. Principalmente por ser um programa de intervenção direta na realidade dos municípios, tanto esteticamente, quanto por servir de modelo a futuras construções do atendimento as crianças pequenas.

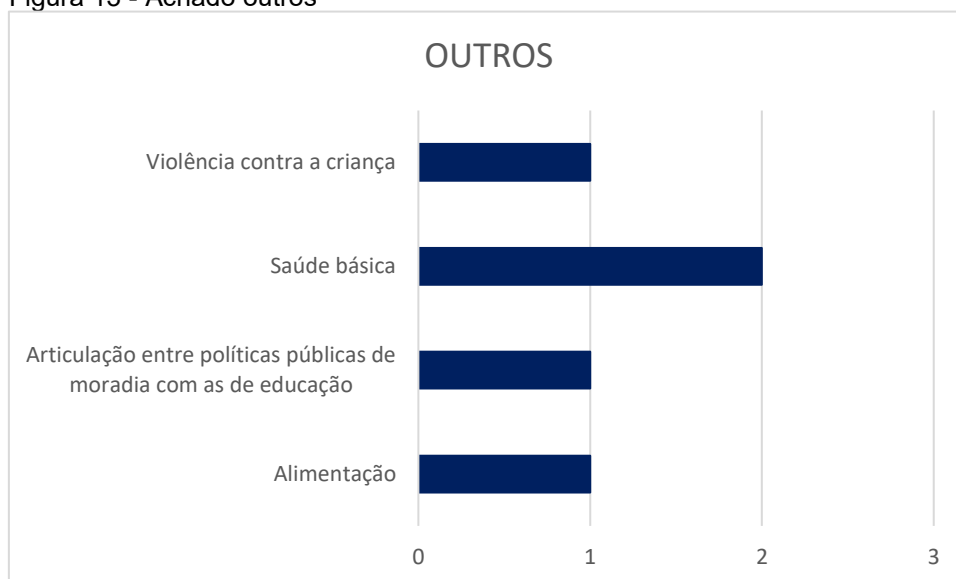
Ainda, verificou-se uma intensificação e precarização do trabalho docente nas unidades pesquisadas, devido as tensões existentes pelos vínculos empregatícios, das relações entre professores e auxiliares, pela pouca participação dos docentes nas ações de gestão e planejamento, da formação ainda claudicante.

5.5 Sobre Outros

Encontramos também, estudos sobre políticas sociais, que apontam a necessidade de se combinar políticas públicas a fim de beneficiar a população em outras áreas que não a educação, como violência contra a criança (Cunha, 2017) e atenção básica (Soares, 2018 e Maia, 2016).

Encontramos também estudo sobre o direito à moradia (Wunsch, 2017) que aponta a importância da articulação entre políticas públicas de moradia com as de educação e a segurança alimentar (Perin, 2017).

Figura 13 - Achado outros



Fonte: Autora

5.5.1 Saúde básica

Soares, 2018, alerta sobre a interação das diversas políticas públicas. A pesquisa versa sobre as políticas do Ministério da Saúde, que procuram melhorar o nível de qualidade dos serviços de saúde oferecidos aos cidadãos pela atenção básica, instituiu o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ).

Maia, 2016, teve como objetivo analisar as políticas públicas de saúde, assistência social e educação, com foco na surdez, tendo como campo empírico as crianças com surdez matriculadas na educação infantil do Colégio de Aplicação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), bem como a verificação de como essas políticas afetaram a curva de matrícula no INES no período compreendido entre 2004 e 2014.

Apresenta um recorte sobre matrículas da Educação Infantil das crianças surdas no CAP-INES e nos municípios do estado do Rio de Janeiro.

5.5.2 Alimentação

Perin, 2017, analisou a implementação das Cozinhas Comunitárias em Porto Alegre a partir do conceito de micro Implementação de Berman (2007). Destaca a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, para acesso à alimentação adequada.

5.5.3 Violência contra a criança

A pesquisa Cunha, 2017, teve como finalidade investigar a relação entre a distribuição espaço temporal dos casos de violência contra crianças e os indicadores de desigualdades sociais intraurbana nos bairros da Cidade de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nos anos de 2000 e de 2014.

Concluiu que a distribuição espacial dos eventos envolvendo violência contra crianças em Porto Alegre possui uma estreita relação com os indicadores de desigualdades sociais intraurbano.

5.5.4 Articulação entre políticas públicas de moradia com as de educação

Wunsch, 2017, teve como objetivo principal compreender de que forma o trabalho técnico social se efetiva, quais são seus limites e potencialidades quanto à sua autonomia e discricionariedade, e como está associado à consolidação do direito à moradia prescrito pelo Programa Minha casa, Minha vida – PMCMV. Destaca que o TTS aborda, entre outros, aspectos da educação.

O que chama a atenção é a interconexão e codependência de cada uma dessas categorias. Nesse sentido, infere-se que o Proinfância, como política pública, se bem pensada e acompanhada, pode proporcionar espaços educacionais que contribuem para a formação da criança. No entanto, considera-se que somente os espaços não são suficientes para esse desafio. Existe, ainda, a necessidade de capacitação dos profissionais envolvidos em seu processo de implementação, a combinação com outras políticas públicas e a conexão os entes – União, Estados, Município – a fim de garantir o bem-estar infantil e o alcance dos melhores resultados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo propôs-se a fazer um levantamento dos critérios fundamentais para construção de um modelo de avaliação para escolha de locais contemplados pelo Programa Proinfância, considerando-se as externalidades que o programa alcança, a fim de ampliar e subsidiar decisões sobre o seu aperfeiçoamento, inclusive sobre sua continuidade ou não, tendo como foco principal a diminuição da desigualdade social.

Construiu-se assim, a partir de uma ampla revisão de literatura, cinco categorias fundamentais para compor um modelo de avaliação, quais sejam: avaliação e monitoramento da política pública; questões de engenharia, ligadas aos projetos básicos; impacto do programa para diferentes públicos (alunos, professores, comunidade); questões relativas ao processo de ensino e aprendizagem; e outras pesquisas não ligadas à educação que abordam o programa e a política pública.

Tais categorias indicam a necessidade de se olhar a construção das creches para além de seu objeto precípua de garantir a oferta de vagas para crianças até 5 anos, em direção aos seus benefícios adjacentes, como empregabilidade dos pais, redução de riscos alimentares, o que leva a consequente melhora na saúde e, portanto, menor incidência de intervenções hospitalares, além de melhorias na qualidade de infraestrutura das regiões em torno das creches, com, inclusive, a valorização dos imóveis da região.

O que se observa atualmente, no entanto, é que essas informações vêm espaçadas, desorganizadas e aleatórias. Alguns gestores relatam esses acontecimentos, mas não conseguem precisar o real impacto ou quantificar os benefícios, o que demonstra a necessidade de um modelo de avaliação que nos ofereça tais informações.

Percebe-se, ainda, que na solicitação para construção de creches, os gestores informam, exclusivamente, a necessidade de oferta de vagas para esse segmento, não se preocupando em verificar as externalidades que possam se beneficiar com a ação. O FNDE, na mesma direção, também não busca essas informações, considerando que sua função precípua é o atendimento da educação infantil e básica, ainda que reconheça outros fatores, que não ligados diretamente a esse objetivo.

Nessa direção, um dos resultados de maior contribuição estudo, portanto, seria considerar que o objetivo de uma política pública é melhorar a sociedade e atender às necessidades dos cidadãos, além de ajudar a reduzir a desigualdade social existente

em um país e poder ser utilizada como ferramenta de inclusão social (Sena, 2022). Para isso, no momento de adotá-la, dever-se-ia considerar todos os benefícios além do seu objetivo precípua, prioritariamente os critérios aqui levantados.

Fechamos essa discussão, ainda, ressaltando que esse estudo se propôs a levantar os critérios para construção de um modelo de avaliação de creches e municípios contempladas pelo Programa Proinfância. Considera-se, portanto, fundamental que, a partir desses critérios, em uma continuidade de estudo, pesquisa e intervenção, poder-se-ia construir e testar alguns modelos de avaliação para as diferentes políticas públicas, de maneira a contribuir ainda mais para construção de um mundo e um país melhor a cada dia.

Educação de qualidade desde a infância não forma apenas alunos — forma cidadãos conscientes, curiosos e preparados para transformar o mundo.

7 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernanda Bezerra de. 2015. Leitura e Escrita: vozes e imagens do Proinfância no Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12261?show=full>. Acessado em: 20/07/2023.
- ALMEIDA, Mariana Barbosa Carlos de. 2018. Uma análise da implantação e da funcionalidade dos projetos padrão do FNDE: a experiência das escolas infantis tipo "B" do Proinfância em Natal/RN. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/25664>. Acessado em: 20/07/2023.
- ALMEIDA, Riezo Silva. 2018. Política pública e educação infantil: um estudo sobre a implantação do Programa PROINFÂNCIA em Brasília. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6974100. Acessado em: 20/07/2023.
- ARANTES, E. M. de M. Arquivo e memória sobre a Roda dos Expostos do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume5_n1/arantes.pdf. Acessado em: 20/07/2024.
- ARAUJO, Mayna Lais Tenorio de. 2019. Avaliação de Desempenho Térmico em Creche do Programa Proinfância em Diferentes Zonas Bioclimáticas Brasileiras. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215127>. Acessado em: 20/07/2023.
- ARAÚJO, V. C. de, & SANTOS, N. A. S. (2021). Uma década do Programa Proinfância: um olhar para as produções acadêmicas. *Pesquisa E Debate Em Educação*, 11(1), 1–16, e31547. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2021.v11.31547>. Acessado em: 20/07/2023.
- ARAUJO, Viviam Carvalho de. 2019. O Programa Proinfância e seus desdobramentos: o caso do município de Juiz de Fora/MG. Disponível em: http://200.130.0.112/bdtd/Record/UFJF_a66fbd5cf8269f4b8e059aed69b1ab6f. Acessado em: 20/07/2023.
- ARRUDA, Harumi Matsumiya Alves. 2019. O Brincar no Contexto da Educação Infantil: O Que Revelam as Crianças? Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8365590. Acessado em: 20/07/2023.
- BALBINOTTO N. G. Artigo de periódico: Externalidades, economia da prevenção e pandemias, 05/2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/213893>. Acessado em: 16/11/2024.
- BARRADAS, Leilane Mendes. 2020. O Proinfância e a Meta 1 do PNE: políticas públicas em direções contrárias. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/941411>. Acessado em: 20/07/2023.
- BARROCA, Karla Cabral. 2016. Concepções de Criança, Desenvolvimento e Educação Infantil: uma análise interpretativa de familiares e profissionais de creches.

Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/7603>. Acessado em: 20/07/2023.

BAUER A. Artigo: Quão bom é suficiente? Definição de critérios avaliativos de valor e mérito. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 30, n. 73, p. 14–43, 2019. DOI: 10.18222/eae.v30i73.5879. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/5879>. Acessado em: 20/07/2023

BENTO, Maksiiane Eudilane. 2019. Ela Aprende Através do Brincar” – Um Estudo sobre a Organização dos Espaços de Brincadeira em um Centro Municipal de Educação Infantil de Diamantina, Minas Gerais. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10196573. Acessado em: 20/07/2023.

BERNARDES, M. P. Metodologia Científica e Psicodrama/Porque escrever pode ser prazeroso! 1ª edição; Editora Tribo da Ilha, Florianópolis-SC. 2017.

BRASIL, Maria Ghisleny de Paiva. 2016. Espaço(s) na educação infantil: entre políticas e práticas. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/10409>. Acessado em: 20/07/2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em: 20/07/2023.

BRASIL. [Decreto nº 11.632, de 11 de agosto de 2023](#). Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento e o Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11632.htm. Acessado em: 06/11/2024.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acessado em: 20/07/2023

BRASIL. [Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007](#). Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acessado em: 08/06/2025.

BRASIL. [Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020](#). Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização

dos Profissionais da Educação (Fundeb); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc108.htm. Acessado em: 20/07/2023

BRASIL. [Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016](#). Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acessado em 20/07/2023.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia>. Acessado em: 20/07/2023

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Nota Técnica Nº 2305813/2021/CODAN/CGEST/DIGAP. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/Disponível-a-informacao/acoes-e-programas/programas/par/media-par/SEI_FNDE2305813NotaTcnicadeAlteraodeProjetoouServio.pdf. Acessado em: 08/12/2024

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Plano de Ações Articuladas (PAR). Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias/conheca-mais-sobre-o-plano-de-acoes-articuladas>. Aceso em: 20/07/2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/juazeiro.html>, Acessado em: 06/11/2024

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2023 - Censo Escolar da Educação Básica 2022 – Resumo Técnico. Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). 2023, Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf. Acessado em: 20/09/2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sistema de Avaliação de Educação Básica. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acessado em: 20/07/2023

BRASIL. [Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006](#). Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11274.htm. Acessado em: 20/07/2023.

BRASIL. [Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011](#). Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de

janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acessado em: 08/06/2025.

BRASIL. [Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012](#). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acessado em: 08/06/2025.

BRASIL. [Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013](#). Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 14.719, DE 1º de novembro de 2023. Institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde; e altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14719.htm. Acessado em: 08/12/2024

BRASIL. [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acessado em: 20/07/2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acessado em: 20/07/2024.

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm. Acessado em 06/11/2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). 1985. Discurso do Presidente José Sarney por ocasião do lançamento do programa Educação para Todos. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/200466/educacaoparatodos.pdf?sequence=5>. Acessado em 06/11/2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição De Equipamentos para a Rede Escolar Pública De Educação Infantil (PROINFÂNCIA). Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/programas-e-aco-es/programa-nacional-de-reestruturacao-e-aquisicao-de-equipamentos-para-a-rede-escolar-publica-de-educacao-infantil-proinfancia> . Acessado em: 23/01/2023

BRASIL. Ministério Da Educação (MEC). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acessado em 25/08/2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria Normativa Interministerial nº- 17, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar.

BRASIL. Ministério da Educação. Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acessado em: 20/07/2023.

BRASIL. Ministério Público Do Paraná (MPPR). Jurisprudência: Creche e Pré-escola - Direito à Educação, Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/pagina-318.html#> . Acessado em 25/08/2021.

BRASIL. Notas Estatísticas Censo Escolar 2018 https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf Acessado em: 20/07/2023.

BRASIL. Senado Federal. Infraestrutura das escolas públicas do Brasil é inaceitável, diz Dário Berger. Agência Senado, Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/07/04/infraestrutura-das-escolas-publicas-do-brasil-e-inaceitavel-diz-dario-berger>. Acessado em: 20/07/2023.

BRASIL. Senado Federal. Manual de obtenção de recursos federais para os municípios. Senado federal mesa Biênio 2011/201. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/385453/Manual%20de%20Obten%C3%A7%C3%A3o%20de%20Recursos%20Federais.pdf?sequence=1#:~:text=a\)%20transfer%C3%AAs%20constitucionais%3B%20b\),legais%3B%20c\)%20transfer%C3%AAs%20volunt%C3%A1rias.&text=As%20transfer%C3%AAs%20constitucionais%20correspondem%20%C3%A0s,conforme%20determinado%20na%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/385453/Manual%20de%20Obten%C3%A7%C3%A3o%20de%20Recursos%20Federais.pdf?sequence=1#:~:text=a)%20transfer%C3%AAs%20constitucionais%3B%20b),legais%3B%20c)%20transfer%C3%AAs%20volunt%C3%A1rias.&text=As%20transfer%C3%AAs%20constitucionais%20correspondem%20%C3%A0s,conforme%20determinado%20na%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal). Acessado em: 20/07/2023.

BRASIL. Senado Federal. Plano Decenal de Educação para Todos. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/200466/educacaoparatodos.pdf?sequence=5>. Acessado em: 20/07/2023

BRASIL. Senado Federal. Portal Senado Notícias, Fonte: Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/07/04/infraestrutura-das-escolas-publicas-do-brasil-e-inaceitavel-diz-dario-berger> . Disponível em: 03/03/2023.

BRASIL. SOUGOV. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/Disponível-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-basica/programas-e->

[acoes/programa-nacional-de-reestruturacao-e-aquisicao-de-equipamentos-para-a-rede-escolar-publica-de-educacao-infantil-proinfancia](#) . Acessado em: 23/01/2023

BRASIL. Tesouro Nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br> Acessado em: 20/07/2023.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU) - Monitoramento (Fiscalização), Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/monitoramento-do-siconv-3-fase.htm>. Acessado em: 20/07/2023

CAPELLA, Ana. Cláudia. Niedhardt. Formulação de Políticas - Brasília: Enap, 2018. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3332/1/Livro_Formula%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas.pdf . Acesso em: 20/07/2023

CARMO, L. J. Trabalho monográfico: As Creches Escolares como Mediadoras do Conhecimento Pedagógico para Iniciar e Inserir o Educando no Mundo do Conhecimento e da Socialização. Disponível em: https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/36035.pdf. Acessado em: 15/09/2023

CARNEIRO, Ana Carla Pimenta de Oliveira. 2019. Educação Infantil e o Projeto Proinfância: uma análise das condições do trabalho docente em Várzea do Poço – Bahia. Disponível em: <https://saberaberto.uneb.br/items/df724890-9b8d-4fea-a8bd-0b2754022efe>. Acessado em: 20/07/2023.

CARVALHO, Daria Aparecida de. 2017. Educação Infantil: Análise das Políticas Públicas no Município de Caiapônia (2013 – 2016). Disponível em: <https://mestradoeducacao.jatai.ufg.br/p/22489-daria-aparecida-de-jesus-carvalho?locale=es>. Acessado em: 20/07/2023.

CARVALHO, Leila Lobo de. 2019. Da Estrutura Física à Organização Pedagógica: O Potencial Transformador do Proinfância. Disponível em: <https://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2019/06/LEILA-L%C3%94BO-DE-CARVALHO.pdf>. Acessado em: 20/07/2023.

CASTRO, Mayara Alves de. SOUSA, Patrícia Passos de. História das Creches no Brasil até a Constituição de 1988. 2015. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/41482/1/2015_eve_macastro.pdf. Acessado em: 01/06/2025.

CETRONI, Thiago Aparecido. 2018. Programa Proinfância: um estudo de caso na cidade de Monte Alto - SP. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/ecafd113-85a0-41a5-b269-b3bf72c28d85>. Acessado em: 20/07/2023.

CORREA, B. C. Políticas de educação infantil no Brasil: ensaio sobre os desafios para a concretização de um direito. Jornal de Políticas Educacionais, Curitiba, n. 9, jan./jun., pp.20-29, 2011. Disponível em: http://www.jpe.ufpr.br/n9_3.pdf . Acessado em: 20/07/2023

COSTA, Sandro Coelho. 2015. Programa Proinfância: Considerações sobre os Efeitos nas Políticas Municipais de Educação Infantil. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A8JPQ6>. Acessado em: 20/07/2023.

CRESWELL, John. W. (2007) Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto. Trad.; 2ª Edição.

CUNHA, Eduardo Ferreira. 2013. Espaço e Atividades em creches: Interação e Desenvolvimentos de Crianças de 2 anos. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6934/1/arquivototal.pdf>. Acessado em: 20/07/2024.

CUNHA, Lucas de Lima e. 2017. Relações entre Desigualdades Sociais Intraurbana e o Fenômeno da Violência na Infância na Cidade de Porto Alegre - RS; Brasil (2000 - 2014). Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/179442/001068471.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 20/07/2023.

DALILA Andrade Oliveira. 2009. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/rsaraujo,+Revista_RBPAE_25-2_web_2.pdf. Acessado em: 08/06/2025.

DESIGUALDADE educacional: o que é e como acabar com ela. 2025 Educacional ecossistema de tecnologia e inovação. Disponível em: <https://educacional.com.br/praticas-pedagogicas/desigualdade-educacional/>. Acessado em: 01/06/2025

DONATI, Julia Bustamante. 2021. Produção do Espaço Escolar e suas Relações com as Políticas Públicas para Educação Infantil: foco no Programa Proinfância. Disponível em: https://www.univas.edu.br/Egressos_Web/%7B4162782E-43CF-4848-A4FD-DFC442EDE93B%7D.pdf. Acessado em: 20/07/2023.

DURHAM, Eunice Ribeiro. 1999. A educação no governo de Fernando Henrique Cardoso. Universidade de São Paulo, FFLCH, Departamento de Antropologia, São Paulo, Brasil. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20701999000200013>. Acessado em: 08/06/2025.

ENDLICH, Andrea Relva da Fonte Goncalves. 2017. Ambientes para a Educação Infantil: o Proinfância em Quatis. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/17197>. Acessado em: 20/07/2023.

EYE, Rudybert Barros Von. 2017. Proposta metodológica para o monitoramento do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/880254>. Acessado em: 20/07/2023

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 59, p. 97-109, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/dHQ6MVmWkGqbKQ6DrSP9shg/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 20/08/2024

FREITAS, Eunice Garcia Ramos de. 2019. A Educação Infantil no Brasil: Limites e Perspectivas. Disponível em:
<https://bdm.ufpa.br/server/api/core/bitstreams/d938d923-736b-4dd5-9ff1-142816093dcb/content>. Acessado em: 20/07/2024.

FREITAS, Eunice Garcia Ramos de. A Educação Infantil no Brasil: Limites e perspectivas. Disponível em:
<https://bdm.ufpa.br/server/api/core/bitstreams/d938d923-736b-4dd5-9ff1-142816093dcb/content>. Acessado em: 06/11/2024.

FREITAS, Wesley R S; JABBOUR, Charbel J C. 2011 - Utilizando Estudo de Caso(s) como Estratégia de Pesquisa Qualitativa: Boas Práticas e Sugestões. Disponível em:
<https://www.nelsonreyes.com.br/560-566-1-PB-2.pdf> . Acessado em: 20/07/2023

FUSSINGER, Natana. 2021. Saberes da Docência: especificidades identitárias das professoras de crianças bem pequenas de escolas infantis do Proinfância de Frederico Westphalen e região. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11028305. Acessado em: 20/07/2023.

GARCIA, Paulo Sergio. Um Estudo De Caso Analisando A Infraestrutura Das Escolas De Ensino Fundamental, Disponível em:
https://app.utp.br/cadernosdepesquisa/pdfs/cad_pesq_23/art_7.pdf . Acessado em: 15/10/2022.

GARCIA, Wagner Silvestre de Oliveira Albiol. 2014. Políticas públicas para a educação infantil na cidade de Chapadão do Sul: estudo de caso do Programa Proinfância. Disponível em: <https://biblioteca.uems.br/publicos/download/96538>. Acessado em: 20/07/2023.

GERTLER, P.; MARTÍNEZ, S.; PREMAND, P.; RAWLINGS, L. B; e CHRISTEL M. J. 2016. Avaliação de Impacto na Prática, segunda edição. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos e pesquisa. 3a ed. São Paulo: Atlas; 1995:58.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 mai./jun. 1995. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt&format=pdf> . Acessado em: 02/05/2024

GOIS, Antônio. Quatro décadas de gestão educacional no Brasil Políticas públicas do MEC em depoimentos de ex-ministros – São Paulo: Fundação Santillana, 2018. Disponível em:
https://www.mpri.mp.br/documents/20184/1330165/Gestao_educacional_no_Brasil_-_Políticas_publicas_do_MEC.pdf . Acessado em: 28/10/2024

GOMES, Rosane Monteiro. 2013. O Lugar da Família na Creche: os desafios na institucionalização da infância. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=108470. Acessado em: 20/07/2023.

GOMIDE, Alexandre de Ávila. Agenda governamental e o processo de políticas públicas: o projeto de lei de diretrizes da política nacional de mobilidade urbana. *Texto para Discussão Ipea*, n. 1334. Brasília, 2008. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1486/1/TD_1334.pdf. Acessado em: 20/07/2023

GUEDES, Gislaine Nunes de Oliveira; Baqueiro, BAQUEIRO, Dícíola Figueiredo de Andrade; LORDÊLLO, José Albertino Carvalho. Equidade e Eficácia Escolar: Histórico dos Estudos. Disponível Em: http://www.equidade.faced.ufba.br/sites/equidade.oefaced.ufba.br/files/equidade_e_eficacia_escolar_-_historico_dos_estudos.pdf. Acessado em: 15/10/2022.

HELLMANN, F. O Direito à Educação Infantil Pública e a Emancipação da Mulher. Disponível em: <https://marxismo.org.br/o-direito-a-educacao-infantil-publica-e-a-emancipacao-da-mulher/>. Acessado em: 06/11/2024.

KINGDON, J. Agendas, alternatives, and public policies. 3ª. ed. New York: Harper Collins, [1984], 2003.

KIPNIS, B. 2021. Linhas do Tempo: Educação no Brasil: as principais políticas públicas das últimas três décadas. Fundação Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: https://fundacaofhc.org.br/linhasdotempo/educacao/?gad_source=1&gad_campaignid=1042256347&gbraid=0AAAAADRRlqd_svPmyM0P9meesE0VfPz8_&gclid=Cj0KCQjwoNzABhDbARIsALfY8VPH2-ZzH7zw1ZQ05ZoND8seh41do4nsQJU69vql01sx7IYHel-263MaAq0_EALw_wcB. Acessado em: 20/07/2023.

KLOSINSKI, Daniele Vanessa. 2016. Uma Avaliação da Implementação do Programa Proinfância em Erechim: A Política dos Espaços Escolares. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/692>. Acessado em: 20/07/2023.

KORZEKWA, Júlio. 2020. Análise do Processo de Implementação das Ofertas de Vagas dos Campi de Gravataí, Lajeado e Sapiranga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/211434/001114971.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 20/07/2023.

KRAMER, Sônia. Privação cultural e Educação compensatória. 1982. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1550/1549>. Acessado em 06/11/2024.

KUHLMAN JR., Moysés. 2002. Histórias da educação infantil brasileira, disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CNXbjFdfdk9DNwWT5JCHVsJ/>. Acessado em: 06/11/2024.

LOPES, Thais Andrea Carvalho de Figueiredo. 2018. O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a rede escolar pública de

educação infantil - Proinfância: expansão da educação infantil com qualidade? Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-04122018-173451/pt-br.php>. Acessado em: 20/07/2023.

MAIA, Rosaria de Fatima Correa. 2016. Surdez, Educação E Políticas Sociais: a educação infantil do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11657/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20PPGEdu%20-%20Rosaria%20de%20Fatima%20Corr%c3%aa%20Maia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 20/07/2023.

MARTINS, C.M. e BARRETO, M.L.M. - Políticas públicas de educação infantil no Brasil: a implementação do Proinfância. Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais V.6, N.1, p.170-194, jan./jul., 2017. ISSN 2238-3565.

MARTINS, Claudia Miranda Drumond. 2016. Implementação do Programa Proinfância no Estado do Tocantins. Disponível em: <https://locus.ufv.br/server/api/core/bitstreams/3b4ec7fc-0b7c-4462-8173-c74970681e66/content>. Acessado em: 20/07/2023.

MARTINS, Jéssica Nascimento. 2019. Educação infantil e infraestrutura: uma análise do Programa Proinfância no município de João Pessoa (PB). Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19642?locale=pt_BR. Acessado em: 20/07/2023.

MATTOS, Clarice da Silva. 2014. A Implementação do Proinfância em Juiz De Fora e seus desdobramentos. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/445>. Acessado em: 20/07/2023.

MELO, Francymonni Yasmim Marques de. 2020. Existem Princípios de Justiça Equitativa na Educação? Um Estudo de Programas Educacionais Executados Pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/5d9f9253-9932-4c09-a7f0-8b0c19e224d7>. Acessado em: 20/07/2023.

MILHOMEM, Camila Lima. 2021. A Gestão de Riscos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública De Educação Infantil – Proinfância. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/952783>. Acessado em: 20/07/2023.

MIRANDA, R.S. - O direito à creche e o dever do Estado, Disponível em: <https://rafaeldesouzamiranda.jusbrasil.com.br/artigos/111671296/o-direito-a-creche-e-o-dever-do-estado>, Acessado em: 09/08/2021.

MONDO, B.V. A Transparência Brasil. Proinfância ou Problema na Infância? Os desafios na construção de creches e escolas em municípios brasileiros. Disponível em: <https://www.transparencia.org.br/downloads/publicacoes/Obra%20Transparente%200706.pdf>. Acessado em: 20/07/2023

MONTEIRO, Rosana Iribarrem. 2017. Políticas Públicas de Educação Infantil, o Modelo Proinfância e os Parâmetros Nacionais de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil: Avançamos. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5277393. Acessado em: 20/07/2023.

MOVIMENTO Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. Disponível em: <https://www.mieib.org.br/>. Acessado em: 20/07/2023

MPPR - Creche e pré-escola: um direito fundamental de toda criança. Disponível em: https://mppr.mp.br/2018/01/19889_10/Creche-e-pre-escola-um-direito-fundamental-de-toda-crianca.html. Acessado em: 23/08/2021.

MUCCIARONI, G. The Garbage Can Model and the Study of the Policy-making Process. In: ARARAL JR., E.; FRITZEN, S.; HOWLETT, M.; RAMESH, M.; XUN, W. *Routledge Handbook of Public Policy*. New York: Routledge, 2013.

NATALINO, Maria Luiza Rodrigues. 2018. O uso de tecnologias digitais para qualificar o ambiente de aprendizagem de uma unidade Proinfância. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFV_ad38893bccdffa1449a5bd3280e81f7f. Acessado em: 20/07/2023.

NOGUEIRA, C. 2012. Manual de Obtenção de Recursos Federais. Senado Federal, Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/385453/Manual%20de%20Obten%C3%A7%C3%A3o%20de%20Recursos%20Federais.pdf?sequence=1> . Acessado em: 20/07/2023

NUNES, Ana Maria Laurindo André. 2020. Análise do desempenho térmico de creche do Programa Proinfância: estudo de caso no clima semiárido de Arapiraca-AL. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/7329>. Acessado em: 20/07/2023.

OLIVEIRA, A. A. P. de. 2007. Análise documental do processo de capacitação dos multiplicadores do projeto “Nossas crianças: Janelas de oportunidades” no município de São Paulo à luz da Promoção da Saúde. 2007. 210 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Coletiva) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Adriana de Medeiros. 2020. Cooperação federativa e desigualdades educacionais: uma análise do Proinfância no Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/items/b2b3dd96-f16a-4e27-a468-f46bfd0309e0>. Acessado em: 20/07/2023.

OLIVEIRA, L. R. de e PASSADOR, C. S. Ensaio teórico sobre as avaliações de políticas públicas. Cadernos EBAPE.BR [online]. 2019, v. 17, n. 2 [Acessado 18 setembro 2023], pp. 324-337. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1679-395169657>>. Epub 30 maio 2019. ISSN 1679-3951. <https://doi.org/10.1590/1679-395169657>. Acessado em: 20/07/2023.

OLIVEIRA, Luiz Gustavo Prado de. 2016. A Mediação na Educação Infantil: o Caso das Unidades do Proinfância no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.unirio.br/ppgedu/dissertacoes/repositorio-de-dissertacoes/1f4c22016/dissertacao-ppgedu-luiz-gustavo-prado-de-oliveira>. Acessado em: 20/07/2023.

OLIVEIRA, Vania Dias. 2013. Aproximações do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil no processo de ampliação da educação infantil no município do Rio Grande a partir do Proinfância. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/6894>. Acessado em: 20/07/2023.

PACÍFICO, Juracy Machado; Freitas, Sirley Leite; Matos, Natasha Souza. 2017. Proinfância e escolas de educação infantil: um estudo sobre implantação em estado da Região Norte. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v12.n1.8235>. Acessado em: 20/07/2023.

PADILHA, Caio Augusto Todelo. (2016). A política educacional do governo Itamar Franco (1992-1995) e a questão da inclusão. *Revista Espaço Acadêmico*, 16(180), 82-97. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/29541>. Acessado em: 01/06/2025.

PADILHA, Caio Augusto Todelo. 2015. A inclusão na política educacional do governo Fernando Collor (1990-1992). *Revista PerCursos*. Florianópolis, v. 16, n.31, p.213 –244, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/1984724616312015213>. Acessado em: 01/06/2025.

PÉRES, Ana Paula Flores. 2021. Sistemas Construtivos Inovadores – SCI em obras públicas: estudo da implementação do programa Proinfância no Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23416>. Acessado em: 20/07/2023.

PERIN, Gabriela. 2017. Segurança Alimentar e Políticas Públicas: uma Análise da Implementação das Cozinhas Comunitárias em Porto Alegre/RS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/177654/001065159.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 20/07/2023.

PIRES, Ângela Maria Barbosa. 2017. O Proinfância como política de acesso à educação infantil nas cidades do sudeste goiano. Disponível em: <https://repositorio.ufcat.edu.br/items/f5d5943f-be29-4959-a33f-e69d2b14aca5/full>. Acessado em: 20/07/2023.

RAMOS, Jorge Luiz Rocha. 2011. Implementação de programas federais e descentralização de políticas públicas: um estudo de casos no contexto do Proinfância. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/948398>. Acessado em: 20/07/2023.

RAMOS, M. P. e SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Revista de Administração Pública* [online]. 2012, v. 46, n. 5 [Acessado 21 setembro 2023], pp.

1271-1294. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000500005>>. Epub 23 Out 2012. ISSN 1982-3134. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000500005>. Acessado em: 20/07/2023

RAMOS, Maria Elizabete Gomes. 2021. O Financiamento da Educação Infantil na Rede Municipal de Recife: um olhar a partir do programa Proinfância. Disponível em: https://sigaa.ufpe.br/sigaa/public/programa/noticias_desc.jsf?lc=pt_BR&id=891¬icia=454462. Acessado em: 20/07/2023.

RE, Talita Dal'Bosco. 2020. Gerenciamento da qualidade no processo de monitoramento de obras públicas: uma proposta metodológica para as obras do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/898998>. Acessado em: 20/07/2023.

REVISTA do Serviço Público Brasília 64 (3): 377-391 jul./set 2013. A infraestrutura das escolas públicas brasileiras de pequeno porte Neto, Joaquim José Soares; Karino, Camila Akemi; Jesus, Girlene Ribeiro de e Andrade, Dalton Francisco de. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/1915/1/129-426-1-PB.pdf> . Acessado em: 20/07/2023.

REZENDE, Larissa de. 2021. Projeto Padrão e Inovação Tecnológica: estudo da utilização do sistema construtivo “Wall System” em duas escolas do Programa Proinfância no Rio Grande do Sul. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11484159. Acessado em: 20/07/2023.

REZENDE, Leonardo Milhomem. 2013. Monitoramento e avaliação do Programa Nacional De Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância: uma proposta metodológica. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/909729>. Acessado em: 20/07/2023

ROCHA, L. O., 2 a. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. Traz os fundamentos para definição dos procedimentos metodológicos dessa pesquisa.

RODRIGUES, Cristiana. 2019. Avaliação de desempenho térmico e energético de instituições padrão Proinfância no norte do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8707763. Acessado em: 20/07/2023.

SAMPAIO, G. T.C.; Oliveira, Romualdo P, 2015. Dimensões da desigualdade educacional no Brasil. Revista Brasileira de Políticas e Administração da Educação - v. 31, n. 3, p. 511 - 530 set./dez. 2015.

SANTANA, Marcia Lacerda Santos. 2018. Proinfância: Relações entre os Espaços Físicos e a Prática Pedagógica dos Professores. Disponível em: <https://www.biblioteca.uesc.br/pergamumweb/vinculos/201620421D.pdf>. Acessado em: 20/07/2023.

SANTANA, W. 2018. Artigo: Repartição Constitucional de Recitas Tributárias. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/reparticao-constitucional-de-receitas-tributarias/539513971> . Acessado em: 20/07/2023.

SARTORI, Gabriela. 2019. Avaliação do impacto da orientação solar no conforto e no desempenho térmico de projeto padrão de pré-escola do Programa Proinfância nas zonas climáticas brasileiras. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/212978>. Acessado em: 20/07/2023.

SATHRES, Silviani Monteiro. 2014. Quem Vai? Quem Fica? E O Que Vamos Fazer Lá?" Interlocuções Sobre A Educação Infantil e o Programa Proinfância em um Município da Região Central do RS. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSM_fe9c82f7ac9a1620d9e1770fbb179046. Acessado em: 20/07/2023.

SENA, M. 2022. As Políticas Públicas e como elas afetam nosso país, set 24, 2022, Disponível em: <https://ouvidoria.tcepe.tc.br/category/politicas-publicas/>. Acessado em: 01/09/2024

SILES, Roselea Pereira da Silva. 2013. Crianças aguardem na fila: estratégias de ofertas de vagas em creches na rede pública municipal de São Gonçalo. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=153550. Acessado em: 20/07/2023.

SILVA, Nelcir Francisca da. 2020. Repercussões da Formação de Professores (s) no Contexto de Uma Creche do Programa Proinfância do Município De São Jose de Ribamar. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/4069>. Acessado em: 20/07/2023.

SILVA, Pablo Luiz de Faria Vieira da. 2014. As condições de trabalho docente na Educação Infantil: uma análise a partir do Proinfância em quatro municípios do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/11872?show=full>. Acessado em: 20/07/2023.

SIQUEIRA, Patricia Gomes de. 2019. O Proinfância em Penedo: uma avaliação sobre a ressonância do programa na educação infantil do município. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/6133>. Acessado em: 20/07/2023.

SOARES Neto., J. J.; JESUS, G. R. de; KARINO, C. A. & ANDRADE, D. F. de. 2013. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. Estudos Em Avaliação Educacional, 24(54), 78–99. <https://doi.org/10.18222/eae245420131903>. Acessado em: 20/07/2023.

SOARES, Cesar Pedrosa. 2018. Políticas Públicas e a Atenção Básica do SUS: uma avaliação de impacto do PMAQ – AB. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/179405/001068605.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 20/07/2023.

SPAGNUOLO, Augusto Yuji Nojima. 2019. Projeto Padrão e Conforto Térmico: Estudo de Caso nas Creches Proinfância Tipo B'. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/b9a90581-d3ed-4d6f-9084-325b888a5741>. Acessado em: 20/07/2023.

SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (SEAD), Disponível em: <https://sead.ufba.br/juazeiro#:~:text=Juazeiro%20%C3%A9%20considerada%20a%20mais,e%20outros%20tipos%20de%20empresas>. Acessado em: 20/07/2023.

THOMAZINHO, G. 2017. Artigo: Desigualdade na educação: um ponto a ser considerado nas políticas públicas. Disponível em: <http://econoeduc.com.br/2017/01/desigualdade-na-educacao-um-ponto-a-ser-considerado-nas-politicas-publicas/>. Acessado em: 17/07/2023

VENTURA, M.M. - O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa - Rev. SOCERJ. 2007;20(5):383-386 setembro/outubro, Disponível em: [file:///C:/Users/crist/Downloads/o estudo de caso como modalidade de pesquisa.pdf](file:///C:/Users/crist/Downloads/o%20estudo%20de%20caso%20como%20modalidade%20de%20pesquisa.pdf). Acessado em: 16/11/2021.

VIANA, Camila Matos. 2019. Aqui é brincar e ali é escrever: identidades infantis e espaços escolares em discussão. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8273097. Acessado em: 20/07/2023.

VIEIRA, Daniele Marques. 2016. Imagens da Experiência Educativa de Professores da Educação Infantil no Espaço-Ambiente do Proinfância. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/1884/43794>. Acessado em: 20/07/2023.

WEISS, C. H. *Evaluation, methods for studying programs and policies*. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

WUNSCH, Julia Giles. 2017. O Trabalho Técnico Social no Direito à Moradia: estudo sobre a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida Em Porto Alegre (2009-2016). Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/178157/001063932.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 20/07/2023.